

# Livros além das grades

O potencial transformador das bibliotecas prisionais



Lisa Krolak



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



# Livros além das grades

O potencial transformador das bibliotecas prisionais

Lisa Krolak



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization



Publicado em 2023 pelo Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL), Hamburgo e a Representação da UNESCO no Brasil.

© Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL)

ISBN 978-92-820-5003-3

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre ([www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port](http://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port)). A presente licença aplica-se exclusivamente ao conteúdo do texto da publicação.

O Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL) realiza pesquisas, capacitação, networking e publicações sobre aprendizagem ao longo da vida com foco na educação de adultos continuada, na alfabetização e na educação básica não formal. Suas publicações são um recurso valioso para pesquisadores em educação, pedagogos, legisladores e profissionais da área.

Embora os programas do UIL sejam estabelecidos conforme as diretrizes da Conferência Geral da UNESCO, as publicações do Instituto são de sua exclusiva responsabilidade. A UNESCO não se responsabiliza por seu conteúdo. Os pontos de vista, a seleção dos fatos e opiniões expressas são dos autores, e não coincidem necessariamente com as posições oficiais da UNESCO ou do UIL. As designações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião da UNESCO ou do UIL a respeito da situação legal de qualquer país ou território, ou suas autoridades, ou a respeito das delimitações de fronteiras de qualquer país ou território.

Título original: *Books beyond bars: the transformative potential of prison libraries*. Publicado em 2019 pelo Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL).

Créditos da versão original:

*Arte da capa:* © Clifford Harper

*Copidesque:* Jennifer Kearns-Willerich e Maya Kiesselbach

*Projeto gráfico:* Prestige Color Solutions Limited

Créditos da versão em português:

*Coordenação técnica da Representação da UNESCO no Brasil:*

Marlova Jovchelovitch Noleto, Diretora e Representante

Maria Rebeca Otero Gomes, Coordenadora do Setor de Educação

*Tradução:* Pedro Barros/Tikinet

*Revisão técnica:* Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil

*Revisão editorial e diagramação:* Unidade de Publicações da Representação da UNESCO no Brasil

*Esclarecimento:* a UNESCO mantém, no cerne de suas prioridades, a promoção da igualdade de gênero, em todas as suas atividades e ações. Devido à especificidade da língua portuguesa, adotam-se, nesta publicação, os termos no gênero masculino, para facilitar a leitura, considerando as inúmeras menções ao longo do texto. Assim, embora alguns termos sejam escritos no masculino, eles referem-se igualmente ao gênero feminino



# Sumário

	Prefácios	5
	Agradecimentos	9
<b>1</b>	Introdução	11
<b>2</b>	Aprendizagem ao longo da vida no ambiente prisional	14
<b>3</b>	A contribuição das bibliotecas prisionais	17
<b>4</b>	Políticas e diretrizes para bibliotecas prisionais	21
<b>5</b>	Experiências de bibliotecas prisionais no mundo	26
<b>5.1</b>	Configuração institucional e cooperação com bibliotecas públicas	26
<b>5.2</b>	O papel do bibliotecário da prisão	30
<b>5.3</b>	Acervo de bibliotecas e questões de segurança	36
<b>5.4</b>	Oportunidades e desafios digitais	38
<b>5.5</b>	Serviços de extensão e atividades de alfabetização	41
<b>6</b>	Conclusão e orientações para as políticas	48
<b>7</b>	Referências bibliográficas	51

# Prefácios

## David Atchoarena, diretor do Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL)

A educação é um direito humano de todas as pessoas, independentemente da idade ou do contexto sociocultural. O reconhecimento desse direito fundamental está no âmago da missão da UNESCO e se reflete na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Nações Unidas, 1948) e outros instrumentos normativos internacionais importantes. É um dos princípios fundamentais da Agenda 2030 e do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que une os Estados-membros para “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

É fundamental garantir o pleno gozo do direito à educação para se alcançar o desenvolvimento sustentável. É essencial para os esforços de apoio e capacitação de crianças e adultos marginalizados social e economicamente para que superem a desvantagem material e participem plenamente da sociedade. Isso vale especialmente para grupos de risco, como pessoas presas. As bibliotecas prisionais desempenham um papel fundamental para o acesso de pessoas presas à educação e para ajudá-las a mudar de vida e a construir novos caminhos após a libertação.

Na realidade, com frequência, o direito de pessoas presas à educação é negligenciado ou desconsiderado. Essa população raramente faz parte do debate sobre educação, pois estão encarcerados e distantes da vida pública. Ao mesmo tempo, muitos sistemas prisionais no mundo estão em crise, com severa superlotação, altas taxas de reincidência, violência e más condições de encarceramento.

Muitas vezes, por trás dessa realidade está a presunção de que o propósito da prisão é meramente punir ou deter. Esta abordagem não apenas é contrária aos compromissos assumidos pelos países de proteger os direitos básicos das pessoas presas, mas também nega os potenciais benefícios sociais e a redução de custos associados à reabilitação de ex-infratores. Como a maioria das pessoas presas voltará a fazer parte da sociedade geral em algum momento, devemos explorar maneiras de melhorar suas condições nas unidades prisionais para garantir sua reintegração social após a libertação.

As pessoas presas sofrem discriminação de modo geral, e também na educação. É bem provável que venham de contextos sociais complicados, que tenham tido pouca ou nenhuma experiência educacional e que apresentem dificuldades de leitura e/ou escrita – desproporcionais em relação ao restante da sociedade. O ideal é que o tempo passado na prisão os ajude a continuar a aprender ou a retomar seus estudos, e ofereça a eles a oportunidade de experimentar a alegria de ter acesso a materiais de leitura para sua educação, autorreflexão ou simplesmente recreação.

“Alfabetização como liberdade” foi o lema da Década para a Alfabetização das Nações Unidas (2003-2012), e continua sendo uma constatação importante do pensamento das Nações Unidas sobre o tema, e tem um significado especial para a população em privação de liberdade. Ler e usar uma biblioteca prisional pode abrir um mundo para além das grades da cadeia, permitir que as pessoas presas esqueçam por um tempo a dura realidade da vida na prisão e as capacitar a escolher seus próprios materiais de leitura em

um ambiente extremamente restritivo e regulamentado.

Com tais considerações em mente, esta publicação aborda até que ponto as autoridades prisionais em todo o mundo permitem que pessoas presas exerçam seu direito à educação por meio de acesso a livros e informações usando bibliotecas prisionais. Debruça-se sobre exemplos que indicam o estado atual dos sistemas de bibliotecas prisionais em todo o mundo, delineando as melhores práticas e os possíveis desafios. O conteúdo está fundamentado nas *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela; UNODC, 2015)*, bem como nas *Orientações para serviços de biblioteca para reclusos (Lehmann; Locke, 2005)*, da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) (para ambos, ver *Capítulo 4*).

O UIL apoia a política de aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento de capacidades nesse domínio ao orientar o discurso global e apoiar parceiros nacionais e regionais na defesa dessa política. Mantemos a tradição de apoiar a aprendizagem de adultos no ambiente prisional. Nosso engajamento nessa área remonta à organização da V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA V), em 1997, em que a educação na prisão foi debatida em âmbito mundial. Ao mesmo tempo, o UIL vem defendendo o importante papel das bibliotecas na aprendizagem ao longo da vida, particularmente para desenvolver habilidades de letramento, fomentar o amor pela leitura e oferecer um espaço para comunidades se encontrarem e se engajarem. Esta publicação combina essas duas áreas de trabalho.

## Barbara Lison, presidente eleita da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA)

Esta publicação defende que as bibliotecas prisionais podem ser uma contribuição importante para melhorar a vida das pessoas presas, e justifica com alguns estudos de caso convincentes e impressionantes. É claro que as bibliotecas prisionais estão sujeitas a uma longa lista de restrições especiais que devem ser cumpridas. Regras de segurança controlam a vida na prisão e, naturalmente, também as condições para a biblioteca prisional. Diferentemente de qualquer outra, uma biblioteca na prisão não é um local aberto no qual usuários podem entrar livremente e decidir quanto tempo permanecerão no local.

Entretanto, as bibliotecas prisionais não são diferentes na maioria dos outros aspectos, como nas regras, na função ou no fato de que devem ser lugares acolhedores onde pessoas podem pesquisar assuntos ou interesses pessoais e expandir seus conhecimentos; em suma, um lugar para aprendizagem ao longo da vida. É importante que a biblioteca prisional seja um espaço especial, separado do resto da prisão, onde as pessoas presas possam vivenciar uma atmosfera inspiradora e criativa, que difira do seu cotidiano de cela.

Vistas de uma perspectiva internacional, bibliotecas prisionais são partes importantes da comunidade mundial de bibliotecas, pois compartilham os mesmos valores expressos e descritos nos três primeiros pontos principais da Visão Global da IFLA (IFLA, 2018), mesmo com as restrições em que devem trabalhar. São eles:

- são comprometidas com o acesso livre e

- igualitário à informação e ao conhecimento;
- são profundamente empenhadas no apoio à alfabetização, à aprendizagem e à leitura;
- são centradas em servir [suas] comunidades (IFLA, 2018).

A IFLA promove o trabalho e as atividades de bibliotecas prisionais por meio de sua Seção de Serviços de Biblioteca para Pessoas com Necessidades Especiais (Library Services to People with Special Needs – LSN). Nesta seção, criou-se uma rede internacional informal, mas eficaz, de bibliotecários prisionais, o que representa uma boa oportunidade de cooperação e apoio mútuo nesse campo específico. Além disso, fico feliz que colegas que trabalham em bibliotecas prisionais tenham participado de forma contínua do Congresso Mundial da IFLA sobre Bibliotecas e Informação, realizado anualmente, levando suas preocupações específicas para a comunidade mundial de bibliotecários.

Esta publicação apresenta experiências globais sobre a situação das bibliotecas prisionais. Certamente, ela é interessante para os colegas bibliotecários, mas talvez ainda mais importante, também deve ser lida por legisladores e tomadores de decisão no campo da administração prisional e por especialistas em reabilitação.

Quero concluir este breve prefácio com uma observação pessoal sobre o impacto de nossa biblioteca prisional, em Bremen, Alemanha, que faz parte de nossa rede de bibliotecas públicas. Um detento que tinha cumprido sua sentença e estava

deixando a cadeia para sempre disse ao diretor da prisão: “Eu não vou sentir falta de nada além da biblioteca”. Estas palavras me emocionam toda vez

que as recordo, e espero que este homem tenha sido capaz de descobrir e desfrutar de sua biblioteca pública local como um homem livre.



© UN Photo/Eskinder Debebe

***“Costuma-se dizer que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que tenha estado em suas prisões. Uma nação não deve ser julgada pelo modo como trata seus cidadãos mais proeminentes, mas sim pelo modo como trata seus cidadãos mais vulneráveis”.***

Nelson Mandela

*Ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan (à direita), se reúne com Nelson Mandela em Joanesburgo, África do Sul, março de 2006.*





# Agradecimentos

As informações desta publicação são baseadas em extensa pesquisa documental e em um chamado internacional por contribuições sobre experiências em bibliotecas prisionais em seus países, que foi respondido por bibliotecários prisionais e por outras partes interessadas de todas as regiões do mundo. O UIL gostaria de agradecer a todos que responderam a esse chamado, ajudando assim a compreender as bibliotecas prisionais em seus respectivos países.

Para garantir a exatidão e a disseminação confiável das informações, esta publicação foi revisada e validada em uma reunião editorial realizada no UIL entre 12 e 13 de fevereiro de 2019, coordenada por Lisa Krolak (bibliotecária-chefe do UIL). Gostaríamos, portanto, de reconhecer e agradecer os conselhos recebidos dos especialistas que participaram da reunião e apoiaram todo o processo de desenvolvimento desta publicação, Gerhard Peschers (Alemanha) e Erlend Ra (Noruega), representando a Seção de Serviços de Biblioteca para Pessoas com Necessidades Especiais da IFLA, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. A versão preliminar da publicação foi compartilhada com todos os membros da respectiva seção da IFLA para comentários. Ademais, gostaríamos de agradecer a inestimável assistência de Anna Bernhardt (Alemanha), Latifa Al Wazzan (Kuwait) e Yohan S.R. Lee (Jamaica), pela compilação das informações, pela elaboração do texto e pela edição desta publicação. Por fim, agradecimentos especiais a Clifford Harper por criar a bela ilustração da capa.

Gostaríamos de agradecer a Representação da UNESCO no Brasil por ter apoiado a tradução do original em inglês para o português. Devemos um agradecimento especial ao Timothy Ireland da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos, por seu apoio ao longo da preparação e tradução desta publicação.

Esta publicação é dedicada a bibliotecários prisionais em todo o mundo, que, muitas vezes, trabalham isoladamente e sob restrições extremamente difíceis, mas que fazem grande diferença na vida de muitas pessoas presas.

# 1

## Introdução

Hoje, calcula-se que cerca de 11 milhões de pessoas são mantidas em estabelecimentos prisionais em todo o mundo. Em 2018, houve uma taxa média de encarceramento de 145 pessoas presas para cada 100 mil pessoas (Wamsley, 2018), sendo 6,9% do sexo feminino (Walsmsley, 2017). Após crescimento constante e rápido das populações prisionais do mundo todo, e consequente superlotação das prisões, vive-se uma profunda crise nos sistemas prisionais. Cada vez mais os estabelecimentos prisionais estão enfrentando dificuldades para prover condições humanas e implantar a ressocialização integral com base em padrões internacionais (UNODC, 2018). Pesquisas

***O tratamento destinado a pessoas presas deve seguir os objetivos fundamentais de reinserção e reabilitação social.***

sugerem ainda que, quando as prisões estão sobrecarregadas, existe o risco de que locais destinados a reabilitar criminosos se transformem em um terreno fértil para a radicalização ou mesmo em “escolas de crime” (UNODC, 2018).

Quase sete em cada dez pessoas que já foram encarceradas anteriormente cometerão um novo crime, e cerca da metade voltará à prisão em até três anos (Prison Studies Project, 2018). Esses números variam de forma significativa de país para país, e mesmo quando se levam em conta diferentes instituições e sistemas penais dentro de um único país. Existem sistemas prisionais nacionais com taxas de reincidência de cerca de 80%, e sistemas com taxas inferiores a 20%. É importante manter a taxa de reincidência baixa e aprender com exemplos de boas práticas, já que a reincidência contribui para a criminalidade e a violência na sociedade e

está associada a custos mais elevados, uma vez que encarceramento é caro.

O encarceramento, por si só, não é capaz de resolver a crise prisional mundial ou as questões de integração social de detentos; em vez disso, o tratamento destinado a pessoas presas deve seguir os objetivos fundamentais de reinserção e reabilitação social. Esses objetivos foram reconhecidos pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que defende o apoio a uma pessoa presa até o ponto em que ele ou ela seja capaz de se reintegrar com sucesso à sociedade e se afastar totalmente de uma vida de criminalidade.

Esse objetivo requer uma abordagem multifacetada, com várias dimensões, e a implementação de uma série de programas que abrangem uma



diversidade de atividades, que podem incluir, mas não se limitam a, tratamentos educacionais, médicos, psicológicos e comportamentais, além de programas de aconselhamento e terapia cognitiva

comportamental. A reforma do sistema prisional deve, portanto, empregar uma estratégia integrada e multidisciplinar para alcançar um impacto sustentável (UNODC, 2017).

### ***Tipos de programas de reabilitação em prisões***



*Fonte: UNODC, 2017, p. 4, traduzido*

Diante dessa complexidade, pode parecer que leitura e bibliotecas prisionais desempenham um papel inferior em todo o processo de reabilitação na prisão. Esta publicação desafiará essa ideia ao demonstrar como os serviços de biblioteca prestam apoio às necessidades educacionais, informativas, jurídicas e recreativas de pessoas presas.

Para melhor compreensão, deve-se notar que o termo “prisão” é usado como um conceito abrangente para se referir a qualquer instituição ou estabelecimento em que pessoas sejam mantidas sob custódia, detenção, prisão preventiva, ou estejam

encarceradas. Isso inclui penitenciárias, instituições penais, cadeias ou presídios. Além disso, os termos “pessoa presa”, “detento” ou “preso” referem-se a qualquer pessoa detida pelo sistema de justiça, incluindo menores de idade, pessoas presas em centros juvenis e pessoas com deficiência em detenções de cuidados especiais.

As informações desta publicação são baseadas em extensa pesquisa documental, em visitas a várias bibliotecas prisionais em diferentes partes do mundo e em um chamado internacional por contribuições por meio do mailing da IFLA, que foi

respondido por bibliotecários prisionais e outras partes interessadas de todas as regiões do mundo. Livros, artigos, informações em sites e mensagens pessoais de 38 países foram compilados e

analisados. Esta publicação não pretende apresentar um panorama exaustivo da situação de bibliotecas prisionais em todos os países, mas compartilha as visões de diferentes partes do mundo.

# 2

## Aprendizagem ao longo da vida no ambiente prisional

Bibliotecas são espaços comunitários importantes para a aprendizagem ao longo da vida, especialmente em prisões, onde as oportunidades de aprendizagem são limitadas. Oferecer essas oportunidades é crucial, pois, em âmbito mundial, a maioria das pessoas presas teve uma experiência educacional limitada. Vibeke Lehmann aponta que eles constituem “um grupo de usuários que têm necessidades específicas, já que a maioria tem histórico social e econômico desfavorecido e apresenta alta taxa de abuso de entorpecentes e doenças mentais” (Lehmann, 2011a, p. 503).

A proporção de homens, mulheres e jovens na prisão que têm dificuldades para ler e escrever é altíssima (Czerwinski et al., 2014). Por exemplo, a pesquisa sobre adultos encarcerados dos Estados Unidos no âmbito do Programa Internacional de Avaliação de Habilidades para Adultos (*Programme for the International Assessment of Adult Competencies – PIAAC*) mostrou que a população encarcerada nos Estados Unidos da América tinha níveis mais baixos de alfabetização e habilidades matemáticas que seus familiares (Rampey et al., 2016).

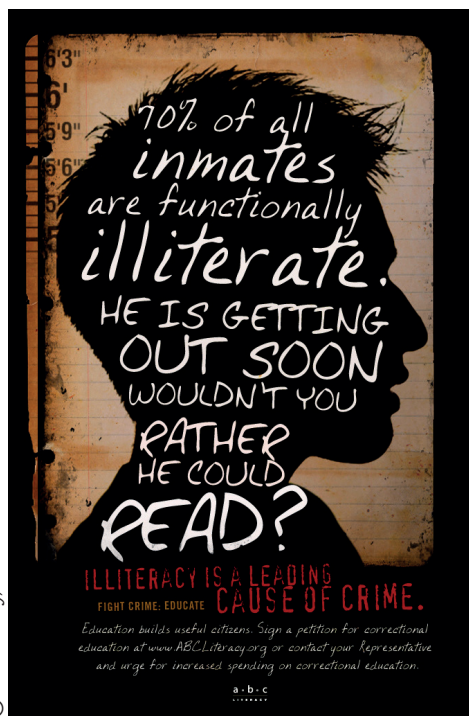
Em Guiné, 90% das pessoas presas são classificadas como “analfabetos funcionais” (Prison Insider, 2015). Na Nova Zelândia, estima-se que cerca

de 57% dessa população tenha baixos níveis de habilidades de leitura e escrita e pouca ou nenhuma qualificação formal (Departament of Corrections, 2017). Na Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte, 54% das pessoas que são presas têm níveis de letramento semelhantes aos de uma criança de 11 anos, em comparação com 15% da população adulta geral (Prison Reform Trust, 2018).

A população carcerária inclui um número desproporcional de pessoas provenientes de grupos e comunidades pobres, discriminadas e marginalizadas (Muñoz, 2009). Como as pesquisas sugerem conexões explícitas entre crime, pobreza, violência e desvantagem educacional, é importante abordar esse viés. As pessoas privadas de liberdade merecem uma boa educação assim como todos os outros cidadãos. O fracasso contínuo em educar pessoas presas vem junto com enormes custos econômicos e sociais.

Com base nesse entendimento, o acesso equitativo à educação depende de como e para que fim a reclusão

é realizada. Por esse motivo, é fundamental reconhecer o poder da educação como ponto de partida para a ressocialização de pessoas presas e como forma de oferecer-lhes as ferramentas necessárias para uma vida livre de crimes após o encarceramento. Proporcionar-lhes oportunidades



de aprendizagem geral ao longo da vida, e também de letramento, pode ter impacto significativo. Se a falta de habilidades fundamentais das pessoas presas não for combatida, há o perigo de perpetuar desigualdades socioeconômicas já existentes.

A maioria dos países fornece educação formal gratuita a pessoas presas, pelo menos no que diz respeito à educação primária e secundária<sup>1</sup> e à formação profissional. Alguns países propiciam acesso ao ensino superior, quer seja a distância ou na própria prisão, às custas das pessoas presas ou financiados por subsídios privados. Pouquíssimos países oferecem educação superior gratuitamente (Muñoz, 2009, p. 19).

No entanto, a aprendizagem ao longo da vida é mais do que o acesso à educação formal; refere-se também à educação não formal e informal, como programas de alfabetização, programas de habilidades para a vida, formação profissional, atividades criativas, religiosas e culturais, educação física e acesso a bibliotecas. Acredita-se que a aprendizagem na prisão por meio de programas educacionais tem um impacto positivo nas taxas de reincidência e de reintegração, e mais especificamente, na obtenção de empregos após a libertação. Assim, a educação é bem mais do que uma ferramenta de mudança; é um imperativo.

Evidências mostram que a educação é a chave para uma reintegração bem-sucedida de pessoas privadas de liberdade na sociedade. Uma metanálise de estudos sobre educação em prisões nos Estados Unidos verificou que pessoas presas que continuaram a estudar tinham 43% menos chances de voltar para a prisão do que aqueles que pararam. Da mesma forma, a empregabilidade após a reclusão foi 13% maior entre aqueles que foram expostos a uma cultura de aprendizagem. Os 28% que recebem formação profissional têm maior probabilidade de ser empregados após a libertação. Os programas de educação na prisão também são custo-eficientes: os custos diretos de implantar aprendizagem de pessoas presas foram estimados entre US\$ 1.400 e US\$ 1.750 por pessoa, em comparação com os custos de reincarceramento, que foram de US\$ 8.700 a US\$ 9.700 (Davis et al., 2013).

Em seu relatório à Assembleia Geral das Nações Unidas, o Relator Especial sobre o direito à educação de pessoas em detenção enfatizou os direitos humanos inerentes às pessoas presas, incluindo o direito à educação. Ele elencou barreiras institucionais e situacionais para a aprendizagem que as próprias pessoas presas identificaram, como inadequação ou inexistência de bibliotecas prisionais e a ausência ou confisco de material educativo e textos em geral. Eles também mencionaram acesso limitado ou nenhum a treinamentos em tecnologias da informação e comunicação e em outras habilidades necessárias para a vida cotidiana. Entre suas recomendações, o Relator Especial afirmou que “as instituições de detenção devem manter bibliotecas bem equipadas e acessíveis, que disponibilizem uma gama adequada e apropriada de recursos e tecnologia para todas as categorias de pessoas presas” (Muñoz, 2009, p. 25). Entretanto, ele também alertou que “a educação não é uma panaceia para os danos sociais, psicológicos e físicos causados pela detenção. Tem o potencial, no entanto, de oferecer oportunidades e assistência reais, antes negligenciadas, que contribuam para atender aos direitos e às necessidades dos detentos e de toda a nossa comunidade” (Muñoz, 2009, p. 8). Ele concluiu o relatório dizendo que a “privação de liberdade deve ser vista como um último recurso, dadas as consideráveis consequências econômicas, sociais e psicológicas de longo prazo” para as pessoas presas, suas famílias e a comunidade (Muñoz, 2009, p. 26).

O capítulo seguinte destacará a contribuição e o potencial das bibliotecas prisionais. Por proporcionar acesso a materiais educativos, o apoio à aprendizagem pode ser a mais óbvia contribuição, mas, como mostraremos, há outros benefícios importantes em ter acesso a leituras relevantes. Após uma introdução geral às bibliotecas prisionais, veremos com detalhes suas políticas e diretrizes específicas, antes de comparar e analisar o que realmente acontece em diferentes países.

**Educação é bem mais do que uma ferramenta de mudança; é um imperativo.**

1 NT: Para verificar a equivalência dos níveis educacionais no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS), consultar o “Glossário de terminologia curricular” do UNESCO-IBE, que apresenta a Classificação Internacional Normalizada da Educação (*International Standard Classification of Education – ISCED*), disponível em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223059\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000223059_por)>.



# 3

## A contribuição das bibliotecas prisionais

As bibliotecas prisionais desempenham papel fundamental de centros educacionais, informativos e recreativos para toda a população prisional. São lugares em que as pessoas podem se reunir para ler, emprestar livros e realizar pesquisas, participar de atividades organizadas ou simplesmente desfrutar da companhia de outras pessoas em um ambiente descontraído e seguro. A biblioteca prisional é um espaço repleto de possibilidades, que se prestam ao uso construtivo do que todos os prisioneiros têm: tempo. Bibliotecas prisionais, em sua essência, ajudam a criar um ambiente letrado. Embora prestem serviços a todas as pessoas presas e os agentes prisionais, com frequência, se dá atenção especial a pessoas presas com baixos níveis de letramento e estrangeiros.

***A biblioteca prisional é um espaço repleto de possibilidades, que se prestam ao uso construtivo do que todos os prisioneiros têm: tempo.***

O valor de uma biblioteca prisional está em sua capacidade de ajudar as pessoas presas a se tornarem ou a continuarem sendo educandos ao longo da vida. Ou seja, é um espaço social que pode inculcar uma cultura de leitura e aprendizagem. A exposição assistida a uma biblioteca tem a capacidade de encorajar pessoas presas a desenvolver um interesse mais aprofundado sobre algo, além do hábito de ler. É um impulso do sistema na direção certa.

### Bibliotecas em prisões: uma história condensada

Ao longo dos séculos, as bibliotecas prisionais são indissociáveis das especificidades do ambiente de uma detenção e do quadro ideológico de punição e/ou reabilitação. Em seu artigo sobre bibliotecas prisionais na Austrália, Jane Garner (2017) relata que a primeira menção a livros fornecidos a pessoas europeias presas e norte-americanas remonta ao século XVII: clérigos distribuíam livros religiosos como um ato de generosidade e na esperança de reabilitar os detentos. A primeira prestação de serviços de biblioteca prisional, na forma de acervos organizados de livros, data de meados do século XIX nos Estados Unidos da América, os quais também eram compostos por ensinamentos religiosos. Na mesma época, bibliotecas em prisões do Reino Unido e da Irlanda do Norte apoiavam o objetivo global de corrigir

o comportamento criminoso por exposição à leitura e a formações espiritual e moral. No início do século XX, o foco na correção religiosa começou a mudar e a função das bibliotecas prisionais passou a ser mais semelhantes às de uma biblioteca pública.

Na Alemanha, Gerhard Peschers (2013) observa que o presídio de Bruchsal, construído em 1848, já tinha uma biblioteca em seu projeto. O então diretor da prisão acreditava que uma biblioteca é uma ferramenta eficaz para a transformação de pessoas presas. Mais uma vez, os padres ficaram encarregados da biblioteca, e a escolha dos livros disponíveis visava a promover a “melhoria moral” das pessoas presas. Livros de entretenimento, como romances e histórias policiais, foram totalmente excluídos desses



espaços até o início do século XX, quando a administração de bibliotecas prisionais passou a ser confiada a professores que trabalhavam no presídio.

Pela primeira vez, a ideia de ler na prisão com fins educativos e para o desenvolvimento emocional, pessoal e intelectual ganhou força. As bibliotecas passaram a ter horários regulares para leitura, e suas práticas de armazenamento e empréstimos ficaram cada vez mais parecidas

com as de bibliotecas públicas. Durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, esse desenvolvimento positivo teve uma pausa: os presídios estavam superlotados, e, devido aos recursos limitados, suas bibliotecas sofreram. Já na metade do século XX, no entanto, ocorreu o surgimento gradual de bases normativas para a promoção de leitura em prisões, distanciando-se de princípios religiosos e/ou educacionais e na direção da garantia de acesso à informação (Muñoz, 2009).

Embora seja difícil medir os impactos da leitura e do uso de uma biblioteca prisional, é possível entender sua importância ao ouvir as experiências de pessoas presas, ex-pessoas presas e agentes prisionais. Esses depoimentos podem lançar alguma luz sobre o impacto que as bibliotecas têm na vida real, pela perspectiva desses indivíduos.

Em geral, uma biblioteca prisional, por sua função e espaço, e em consonância com o princípio da normalidade, costuma propiciar a pessoas presas um nível de liberdade que essencialmente catalisa habilidades para tomar decisões responsáveis, autodirigidas e críticas. Ou seja, ao ter a liberdade de escolher os serviços de biblioteca e os livros que leem, os detentos experimentam uma sensação de autoestima, pois a biblioteca prisional lembra-lhes que ainda há aspectos de suas vidas sobre os quais têm controle.

Dados referentes ao uso de bibliotecas prisionais – por exemplo, empréstimos de livros ou frequência – diferem de presídio para presídio, mas estima-se que pelo menos metade de todas as pessoas presas tendem a usar o espaço regularmente, se disponível. Uma prisão em Gana, por exemplo, informou que 76% dessa população usava a biblioteca (Mfum, 2012). Na Argélia, um estudo feito em quatro prisões de segurança média mostrou que 24% das pessoas presas começaram a ler após o encarceramento, e 52% disseram sentir que a biblioteca as ajudou a lidar com a vida na prisão e se preparar para a reintegração na sociedade (Mehdi, 2017). Na Alemanha, a biblioteca prisional de Bremen

apresentou um número recorde de empréstimos de livros; suas cerca de 1.200 pessoas presas solicitavam aproximadamente 25 mil materiais por ano (Bleyl, 2016), superando em muito o uso em qualquer outra biblioteca pública da mesma cidade.

Há casos bem conhecidos de pessoas cujo tempo encarcerado realçou a imensa importância da leitura e do acesso à informação. Para Nelson Mandela, o falecido presidente da África do Sul, não havia material de leitura durante a maior parte de seus 27 anos na prisão. Denis Goldberg, seu companheiro de luta pela liberdade, relatou que, durante 16 dos 22 anos que passou na Prisão Central de Pretória cumprindo pena por sua luta contra o apartheid ao lado de Mandela, jornais e revistas eram banidos. A própria biblioteca da prisão estava em más condições, e ele não tinha permissão para escolher livros, mas lhe forneciam aqueles considerados aceitáveis.

Por meio da educação à distância, Goldberg e Mandela puderam receber livros educativos da biblioteca da Universidade da África do Sul (Goldberg) e da Universidade de Londres (Mandela). Esses livros foram essenciais para permitir que eles ficassem sabendo e se interessassem pelo que estava acontecendo fora da prisão (Förderverein Gefangenenbüchereien e.V., 2017). As experiências de Mandela atrás das grades influenciaram grande parte de sua defesa pós-encarceramento pela educação e pelo tratamento moral de pessoas presas, alguns dos quais foram adotados pelas Nações Unidas (UNODC, 2015).



© African Prisons Project

A biblioteca da prisão de segurança máxima Kamiti, em Nairobi, Quênia, foi montada pelo projeto Prisões Africanas, baseado no Reino Unido

## Malcolm X

A história de vida de Malcolm X, um dos mais influentes líderes negros do século XX, é prova do poder dos livros atrás das grades. Malcolm Little nasceu em 1925 em Nebraska, nos Estados Unidos da América. Aos 15 anos, largou a escola com habilidades limitadas de leitura; em 1946, foi preso sob a acusação de roubo e condenado a 10 anos de reclusão. Lá, passou a se interessar pelos ensinamentos da fé muçulmana negra.

Para aprender mais sobre o movimento, Malcolm ficou determinado a melhorar suas habilidades de leitura. Começou pegando emprestado um dicionário. Como ele mesmo mais tarde contaria: “Com minha caligrafia lenta, sofrida e rasurada, copiei no meu caderninho tudo que estava naquela primeira página, até as marcas de pontuação. Acho que

levei um dia. Então, em voz alta, li novamente, para mim mesmo, tudo o que tinha escrito no caderninho. [...] Acordei na manhã seguinte, pensando naquelas palavras – imensamente orgulhoso por perceber que não só tinha escrito tanta coisa de uma só vez, mas por ter escrito palavras que eu nunca soube que existiam no mundo” (Malcolm X Imprisoned, s.d.). Ele copiou o dicionário inteiro, e, quando terminou, “conseguiu, pela primeira vez na vida, pegar um livro e ler, e agora começava a entender o que o livro estava dizendo” (Malcolm X Imprisoned, s.d.).

Para ajudar em sua jornada rumo à sabedoria e à compreensão, por meio da leitura, a irmã de Malcolm conseguiu que ele fosse transferido para outra prisão, em Norfolk, Massachusetts, equipada com uma grande biblioteca prisional.

Os cinco anos seguintes de encarceramento (ele saiu em liberdade condicional após sete anos) ele passou lendo muito para testar sua nova fé, o Islã, contra os escritos de historiadores, filósofos e cientistas. Ele descobriu que “universidade nenhuma pediria a qualquer estudante que devorasse literatura como eu fiz

quando esse novo mundo se abriu para mim, de ser capaz de ler e compreender”. Anos depois, comentou: “Reflico muitas vezes sobre como a leitura abriu meus olhos. Ali mesmo na prisão, eu sabia que a leitura mudou para sempre o curso da minha vida” (Malcolm X Imprisoned, s.d.).

Um artigo recente sobre bibliotecas prisionais na Argentina novamente destacou seu potencial para transformar a vida das pessoas presas que as utilizam. “Bibliotecas não são uma mera pilha de livros comprados pelo Estado para leitura formal e informal, curiosidade, entretenimento e desejo escapista de pessoas presas, mas são, sim, um espaço aberto para se *transformar*”, afirma. “A questão aqui não é: O que sou eu? A questão é: *O que posso me tornar?*” (Giacchino De Ribet; Sai, 2011, p. 240; grifos do original).

Esses exemplos expõem o dinamismo da biblioteca prisional, bem como o impacto de longo alcance

da leitura. Além disso, demonstram muitos dos conhecidos benefícios da leitura e das iniciativas de aprendizagem ao longo da vida nos presídios. Isso vai ao encontro das conclusões de um estudo búlgaro sobre bibliotecas prisionais, que descobriu que a leitura reduz a reincidência porque constrói a autoconfiança das pessoas presas, o que tem impacto positivo em suas vidas fora da prisão (Tsvetkova; Adrekova, 2016).

Antes de analisarmos mais de perto as experiências de bibliotecas prisionais de todas as partes do mundo, vamos explorar a legislação internacional, regional e nacional referente a esses espaços.

# 4

## Políticas e diretrizes para bibliotecas prisionais

O serviço moderno de bibliotecas prisionais é estrategicamente com base no artigo 19 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Nações Unidas, 1948), sobre o direito de acesso à informação independentemente de fronteiras. Várias legislações internacionais, regionais e nacionais exigem a existência de bibliotecas prisionais, equipadas de forma adequada e acessíveis a todas as pessoas presas. Entre elas, as *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos* (também conhecidas como Regras de Nelson Mandela) é um dos documentos mais relevantes (UNODC, 2015).

Esta versão atualizada das Regras de Nelson Mandela, de 1955, foi revisada em oito áreas e aprovada por unanimidade em dezembro de

2015 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao estabelecer os padrões mínimos para uma boa administração prisional, as regras baseiam-se na ideia de que os objetivos da prisão são proteger a sociedade e reduzir a reincidência. Para garantir que os direitos das pessoas presas sejam respeitados, as *Regras Mínimas* devem ser aplicadas desde o momento em que são presas até sua libertação.

Todas as 122 regras abordam o tratamento de pessoas presas no que se refere a sua dignidade inerente, de acordo com suas necessidades e sem discriminação, e sete delas dizem respeito ao direito à educação, à informação e a materiais de leitura. A Regra 64, especificamente, estipula a existência de bibliotecas prisionais.

### Regras de Nelson Mandela

#### Regra 4

1. Os objetivos de uma pena de prisão ou de qualquer outra medida restritiva da liberdade são, prioritariamente, proteger a sociedade contra a criminalidade e reduzir a reincidência. Estes objetivos apenas podem ser alcançados se o período de detenção for utilizado para assegurar, sempre que possível, a reintegração dessas pessoas na sociedade após a sua libertação, para que possam levar uma vida autossuficiente e de respeito às leis.

2. Para esse fim, as administrações prisionais e demais autoridades competentes devem oferecer educação, formação profissional e trabalho, bem como outras formas de assistência apropriadas e disponíveis, incluindo aquelas de natureza reparadora, moral, espiritual, social, desportiva e

de saúde. Esses programas, atividades e serviços devem ser facultados de acordo com as necessidades individuais de tratamento das pessoas presas.

#### Regra 14

Em todos os locais destinados às pessoas presas, para viverem ou trabalharem:

(a) As janelas devem ser amplas o suficiente para que as pessoas presas possam ler ou trabalhar com luz natural, e devem ser construídas de forma a permitir a entrada de ar fresco, haja ou não ventilação artificial;

(b) A luz artificial deve ser suficiente para permitir às pessoas presas ler ou trabalhar sem prejudicar a vista.

### **Regra 63**

*As pessoas presas devem ser informadas regularmente sobre as notícias mais importantes por meio da leitura de jornais, publicações periódicas ou institucionais especiais, por meio de transmissões de rádio, conferências ou quaisquer outros meios semelhantes, autorizados ou controlados pela administração prisional.*

### **Regra 64**

*Cada estabelecimento prisional deve ter uma biblioteca devidamente provida com livros recreativos e de instrução para o uso de todas as categorias de pessoas presas, que devem ser incentivadas a utilizá-la plenamente.*

### **Regra 104**

*1. Devem ser tomadas medidas no sentido de melhorar a educação de todos as pessoas presas que daí tirem proveito, incluindo instrução religiosa nos países onde isso for possível. Será obrigatória a educação de analfabetos e pessoas jovens presas, prestando-lhes a administração prisional especial atenção.*

*2. Tanto quanto for possível, a educação das pessoas presas deve estar integrada ao sistema educacional do país, para que eles possam continuar seus estudos sem dificuldades após sua libertação.*

### **Regra 105**

*Atividades recreativas e culturais devem ser oferecidas em todos os estabelecimentos prisionais em benefício da saúde mental e física das pessoas presas.*

### **Regra 117**

*A pessoa detida de forma preventiva deve ser autorizada a obter, a expensas próprias ou a expensas de terceiros, **livros, jornais, material para escrever** e outros meios de ocupação compatíveis com os interesses da administração da justiça e com a segurança e boa ordem do estabelecimento prisional.*

Fonte: UNODC, 2015; grifos nossos



Biblioteca Prisional de Valtura, Croácia

Além das orientações globais das Nações Unidas para garantir os direitos das pessoas presas, diferentes regiões do mundo adotaram suas próprias convenções. Tomando a Europa como exemplo, as *Regras Penitenciárias Europeias* foram elaboradas pelo Conselho da Europa como meio legal não vinculativo para regularizar princípios e práticas no tratamento de pessoas presas e na administração dos estabelecimentos prisionais. As regras atuais incluem uma recomendação para que eles se mantenham informados de acontecimentos atuais por meio de mídia eletrônica e impressa, a menos que proibições sejam especificamente determinadas. Além disso, todas as prisões são obrigadas a ter uma biblioteca equipada de forma adequada com um acervo diversificado de livros e mídias aos quais todas as pessoas presas têm acesso, e, sempre que possível, a biblioteca prisional deve ser organizada em cooperação com bibliotecas públicas (Council of Europe, 2006). Antes de essas regras serem formalizadas, o Conselho da Europa aprovou o “Education in Prison Report” (Council of Europe, 1990), que exigia que bibliotecas prisionais adotassem padrões profissionais semelhantes aos de bibliotecas da comunidade externa.

Na verdade, as legislações de muitos países fazem referência à vantagem da cooperação com bibliotecas públicas. Por exemplo, a Lei de Execução de Sentenças da Croácia determina que cada estabelecimento prisional tenha uma biblioteca equipada de maneira adequada ou que as pessoas presas tenham a possibilidade de realizar

empréstimos de livros da biblioteca pública. A Lei de Execução Penal e Detenção Preventiva da Bulgária estipula que as bibliotecas prisionais devem ser administradas de acordo com as mesmas regras e práticas estabelecidas para as bibliotecas públicas. O Código Penal da Finlândia afirma que, caso uma prisão seja incapaz de oferecer uma biblioteca interna, as pessoas presas devem ter direito de usar a biblioteca pública. A Noruega, por sua vez, é um caso especial: suas bibliotecas prisionais aderem à Lei de Bibliotecas Públicas, que afirma que toda pessoa tem o direito de acessar uma biblioteca, inclusive as pessoas presas.

Diretrizes e orientações são úteis para garantir que as exigências legais sejam cumpridas, especialmente porque, com frequência, a legislação nacional apenas menciona a necessidade de bibliotecas prisionais em uma ou duas frases, sem indicar como deveriam ser dirigidas e administradas. Alguns países, como a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos, possuem diretrizes específicas para bibliotecas prisionais (Sutter, 2015), mas sua existência não é necessariamente uma garantia de que serão implementadas. No caso da Austrália, por exemplo, as diretrizes para uma biblioteca prisional não são “de forma alguma um reflexo das práticas encontradas nas bibliotecas prisionais australianas, mas apenas um documento que descreve os padrões mínimos a serem cumpridos por bibliotecas em questões como recursos humanos, recursos financeiros, acervo e serviços que devem ser prestados às pessoas presas” (Garner, 2017, p. 335).

## Remição da pena por leitura

O Brasil implementou uma lei em 2012 que permite às pessoas presas reduzir suas penas por ler livros. É com base na Lei de Execução Penal (LEP), aprovada em 1984, que afirma que é dever do Estado preparar uma pessoa presa para seu retorno à sociedade. Inicialmente, a remição foi calculada em comparação com o número de dias trabalhados (um dia de remição para três dias de trabalho). No entanto, a lei foi modificada em 2011 para incluir a remição por estudo,

garantindo “1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar” (Brasil, 2011).

Em 2012, o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (DEPEN) publicou um decreto que estabeleceu o direito à remição por leitura em circunstâncias específicas. Uma comissão, composta por um juiz, representantes da administração da prisão e da Secretaria Estadual de Educação e um professor, escolhe

um livro a ser estudado; o leitor tem 30 dias para concluir a leitura, e então o texto é discutido em grupo. Para demonstrar a compreensão e a absorção do tema, os participantes são obrigados a escrever uma resenha sobre o livro, a ser analisada pela comissão indicada. Uma vez aceita a resenha submetida, o participante recebe quatro dias de remição. Em tese, é possível que o participante submeta até 12 resenhas por ano,

gerando um total de 48 dias de remição. A estratégia faz parte de um processo pedagógico mais amplo que visa a ressocializar as pessoas presas e ajudá-las a se transformar em leitores críticos e informados, ao mesmo tempo que alcançam maior autonomia e independência a serem utilizadas no mundo exterior (Torres da Silva, 2017).



Pessoas presas brasileiras estudam em presídio administrado pela Associação de Assistência aos Condenados (APAC)

© FBAC, Brazil

A IFLA é a voz global dos profissionais de biblioteca e informação. Produz uma ampla gama de orientações para todos os serviços de biblioteca. Por exemplo, por meio do *Manifesto das bibliotecas públicas* (IFLA; UNESCO, 2014), a IFLA, em parceria com a UNESCO, defende a prestação de serviços de biblioteca, inclusive para minorias linguísticas, pessoas com deficiência, hospitalizadas ou pessoas presas.

Com base nisso, a IFLA desenvolveu as *Orientações* (ver quadro ao lado para os principais pontos do documento), voltadas especificamente aos serviços de biblioteca para pessoas presas e funcionam como

uma ferramenta prática para o bom funcionamento de bibliotecas prisionais (Lehmann; Locke, 2005). O documento, publicado pela primeira vez em 1992 e revisado pela última vez em 2005, apresenta 94 recomendações para a criação e a manutenção dos serviços de biblioteca em prisões. É útil para governos desenvolverem diretrizes adequadas a seus contextos locais, seja abrindo ou atualizando suas bibliotecas prisionais. Além disso, orientações dessa natureza funcionam como uma ferramenta formal de defesa do direito fundamental das pessoas presas de ler, aprender e acessar informações (Lehmann; Locke, 2005).

## Principais pontos das *Orientações para serviços de biblioteca para pessoas presas* da IFLA

- As políticas escritas para o oferecimento de serviços de biblioteca em prisões devem afirmar claramente sua missão, seus objetivos e suas fontes de financiamento;
- Devem ser desenvolvidos os procedimentos locais e os planos de longo prazo para a biblioteca;
- Bibliotecas e serviços associados devem estar disponíveis a todas as pessoas presas;
- Devem estar disponíveis em cada unidade prisional pelo menos 100 livros populares e atuais, ou dois livros por pessoa presa; e este acervo deve ser renovado pelo menos uma vez por mês;
- Cada prisioneiro deve poder selecionar pelo menos dois títulos por mês;
- A biblioteca deve estar situada em um local central da prisão, de preferência, próximo do departamento educacional;
- O projeto deve incluir iluminação funcional, uso de computadores e climatização;
- O espaço da biblioteca deve ser grande o suficiente para acomodar as atividades de utilização, os trabalhos da equipe, bem como o armazenamento e a exibição de materiais;
- A biblioteca deve utilizar tecnologia da informação atual tanto quanto possível, sem comprometer a segurança do estabelecimento prisional;
- Todas as bibliotecas prisionais, independentemente de seu tamanho, devem ser coordenadas/administradas por um bibliotecário profissional;
- Os funcionários da biblioteca devem ter oportunidades de participar de organizações profissionais e frequentar programas de desenvolvimento profissional e formação contínua.

*Fonte: Lehmann; Locke, 2005*

No próximo capítulo será discutido como as legislações, orientações e diretrizes são transformadas em realidades.



# 5

## Experiências de bibliotecas prisionais no mundo

Este capítulo destaca experiências de bibliotecas prisionais em diferentes partes do mundo e analisa até que ponto elas cumprem os marcos regulatórios discutidos no capítulo anterior. Para poder comparar as experiências de diferentes países, é preciso um olhar mais atento para vários aspectos das bibliotecas prisionais, como sua configuração institucional, os recursos humanos, o acervo e os serviços prestados. Exemplos de diferentes países ilustram a diversidade de experiências, mas são apenas “retratos instantâneos” e não se pode considerar que forneçam uma visão geral mundial exaustiva.

### 5.1 Configuração institucional e cooperação com bibliotecas públicas

O marco de ação e a configuração institucionais devem ser entendidos como a estrutura organizacional e o posicionamento institucional em que funciona a biblioteca prisional. Isso afeta a posição geral da biblioteca prisional e, em particular, seu financiamento e os recursos humanos. Algumas bibliotecas estão localizadas no departamento educacional da prisão, ou próximo dele, outras pertencem ao departamento de tratamento psicossocial, e outras ainda são bibliotecas autônomas.

Outra diferença importante é o grau variável de cooperação com organizações externas, notadamente as bibliotecas públicas. Isso vai desde a prestação integral de serviços bibliotecários em prisões, algum grau de cooperação ou complementação dos serviços por meio de um esquema de empréstimo entre bibliotecas, até a cooperação no treinamento dos funcionários e intercâmbio organizado de informações. Os subcapítulos a seguir mostram vários modelos de cooperação com bibliotecas públicas.

#### 5.1.1 A biblioteca prisional como uma filial da biblioteca pública local

Este modelo pode ser visto na Noruega, onde as bibliotecas prisionais fazem parte da rede nacional de bibliotecas e funcionam como filiais de bibliotecas públicas locais. Todos que vivem na Noruega têm, por lei, direito de acesso a serviços de biblioteca, inclusive as pessoas presas. Os serviços são financiados pelo governo por meio de convênios entre a Biblioteca Nacional da Noruega e os municípios responsáveis pelos serviços. As responsabilidades da biblioteca e da instituição

***Todos que vivem na Noruega têm, por lei, direito de acesso a serviços de biblioteca, inclusive as pessoas presas.***

correcional estão elencadas em um acordo padrão entre as duas partes. Este é um exemplo do que é conhecido como “modelo de importação”, em que os serviços na prisão são prestados por órgãos públicos responsáveis pelos mesmos serviços na comunidade externa, que incluem, mas não se limitam a, saúde, educação e bibliotecas. Portanto, a biblioteca prisional é uma filial da biblioteca pública local. Todas as bibliotecas prisionais são administradas por bibliotecários profissionais, e seus salários e recursos são custeados pela Biblioteca Nacional norueguesa.

Na Noruega, este modelo é o padrão e há exemplos isolados dele em outros países. Bremen tem o único exemplo da Alemanha de uma biblioteca prisional tratada como uma filial da biblioteca pública local. A filial está integrada ao prédio do departamento educacional da prisão de Oslebshausen. A biblioteca prisional é organizada e administrada por um bibliotecário profissional interno e sedia diversos eventos que são realizados em colaboração com a

## A prisão da ilha de Bastøy, Noruega

Até setembro de 2018, a Noruega tinha 64 prisões, com cerca de 3.400 pessoas presas (World Prison Brief, 2019a). O sistema de justiça criminal da Noruega concentra-se na reabilitação da população prisional e tem uma das menores taxas de reincidência do mundo (20%). As prisões norueguesas também são reconhecidas por estarem entre as melhores e mais humanas do mundo. Por exemplo, quando as pessoas presas estão a três anos de completar sua sentença, passam a ser elegíveis para ir para a ilha Bastøy, cerca de 75 km ao sul de Oslo, onde está localizada uma prisão de segurança mínima, que compreende um complexo de vários edifícios, incluindo uma fazenda e uma madeireira. Pouco mais de 100 pessoas presas vivem em Bastøy e realizam vários trabalhos na ilha, como preparar refeições para os detentos e funcionários ou cuidar de animais e plantações. Eles podem andar livremente pela ilha, e algumas pessoas presas são autorizadas a ir para o continente todos os dias para trabalhar ou estudar, retornando para Bastøy à noite.

Os serviços bibliotecários na prisão de Bastøy são gerenciados pela biblioteca pública de Horten, no continente, e o bibliotecário da prisão é funcionário não da prisão, mas do sistema de bibliotecas públicas. Isso dá ao bibliotecário um grau de independência, dentro dos limites de segurança, na tomada de decisões sobre o acervo



© Tina Malén Hansen

e as atividades. Por ser uma filial da biblioteca pública, a biblioteca prisional de Bastøy – que está alojada em um pequeno edifício de madeira na ilha (ver acima) e é decorada com obras de arte feitas pelas pessoas presas – permite que os detentos façam empréstimos de livros de qualquer biblioteca da Noruega. Além disso, as pessoas presas de Bastøy têm acesso limitado a recursos educacionais online como parte dos programas educacionais da prisão. Estão em andamento projetos para permitir o acesso digital a pessoas presas a partir de 2020.

A prisão de Bastøy foi projetada para preparar as pessoas presas para a vida cotidiana fora da prisão, e a biblioteca trabalha com base nesse princípio. Antes de serem encarceradas, muitas pessoas presas nunca haviam usado uma biblioteca pública. É, portanto, o desejo do bibliotecário da prisão ensiná-las a usar uma biblioteca para que possam continuar esse hábito após retornarem à comunidade (Bolt; Ra, 2018).

biblioteca pública. Ao sair da prisão, as pessoas presas recebem um cartão de usuário gratuito para a biblioteca pública local, e um número significativo de ex-pessoas presas aproveitam essa oportunidade para continuar lendo (Bleyle, 2016).

### 5.1.2 A biblioteca prisional em estreita colaboração com a biblioteca pública local

O Reino Unido e a Irlanda do Norte são exemplos notáveis desse tipo de estrutura institucional.

Historicamente, a Segunda Guerra Mundial dificultou a organização do sistema prisional do Reino Unido: restrições financeiras e custos relativamente altos para a aquisição de novos livros exigiram a cooperação ativa com bibliotecas públicas. Como resultado, as autoridades prisionais tiveram de pagar uma taxa às bibliotecas públicas, as quais, em troca, eram obrigadas a oferecer livros suficientes às prisões. Após décadas dessa prática, ela se tornou o modelo padrão para a operação e a manutenção das bibliotecas prisionais. A Lei de

Bibliotecas Públicas e Museus de 1964 mais tarde formalizou o princípio da provisão por bibliotecas públicas para prisões, e embora a lei não obrigue diretamente a disponibilização de um serviço de biblioteca dentro dos muros das prisões, o padrão é uma estreita cooperação e provisão entre bibliotecas e prisões (Sutter, 2015).

Na Alemanha, desde 1968, a coordenação das seis bibliotecas prisionais de Hamburgo ocorre na biblioteca pública central da cidade, que é responsável pela organização do acervo e pela administração geral, e cuida também do treinamento dos funcionários e da renovação constante de um acervo de livros e mídias que seja relevante e atraente. Ademais, as pessoas presas em Hamburgo podem usar o sistema de empréstimos entre bibliotecas para ter acesso a mais de 1,8 milhões de itens de mídia mantidos na biblioteca pública.

### 5.1.3 A biblioteca prisional em cooperação limitada com a biblioteca pública local

Este parece ser um modelo frequente. Por exemplo, um respondente ao nosso chamado por contribuições sobre experiências em bibliotecas prisionais nacionais apontou que, na África do Sul, embora haja evidências de cooperação entre bibliotecas prisionais e bibliotecas públicas, este não é um modelo consistente e sustentável, e apenas opera em alguns lugares e sob certas circunstâncias. Outros países relataram iniciativas isoladas de cooperação com bibliotecas públicas. Por exemplo, na Colômbia, a Rede Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá (BiblioRed) fornece às prisões uma parte de seu acervo por meio de um programa de empréstimos entre bibliotecas chamado “Mala de Viagem”, em que uma seleção dinâmica de livros é entregue em uma mala.

Por sua vez, um estudo sobre bibliotecas prisionais na Bulgária revelou que apenas duas das 13 instalações pesquisadas tinham alguma interação com a biblioteca pública local, que aconteciam por iniciativas individuais, e não faziam parte de uma estratégia nacional (Tsvetkova; Adrekova, 2016).

Na Croácia, uma pesquisa de 2013 revelou que, das 23 prisões, 11 tinham contato ocasional com a biblioteca

pública local, principalmente quando esta enviava para a biblioteca prisional materiais que não estavam mais em circulação; outra era visitada regularmente pela biblioteca pública móvel; e cinco relataram nenhuma colaboração institucional. As outras bibliotecas participavam de um esquema de empréstimo com as bibliotecas públicas locais (Šimunić et al., 2016).

### 5.1.4 A biblioteca da prisão sem nenhuma cooperação com a biblioteca pública

As bibliotecas prisionais são sempre dependentes da boa vontade da administração penitenciária, e isso é particularmente verdadeiro para este modelo, já que as bibliotecas prisionais que trabalham de forma isolada, muitas vezes, precisam contar com o apoio de organizações externas, como organizações não governamentais, organizações religiosas e agências de doação de livros.

A Índia observa que a qualidade de suas bibliotecas prisionais depende em grande parte de como a administração prisional conceitua as bibliotecas e o ato de ler, e de como percebe seu papel nas prisões. Na Nigéria, não há cooperação formal com bibliotecas públicas. No entanto, na Prisão de Enugu, a biblioteca pública foi uma das principais doadoras de materiais de leitura. O Conselho da Biblioteca Estadual de Enugu, junto com várias ONGs e grupos religiosos, também contribuiu para a reforma do espaço da biblioteca prisional. Gana relatou semelhante ausência de cooperação com as bibliotecas públicas (Mfum, 2012).

As bibliotecas prisionais do Kuwait não relataram qualquer cooperação com uma biblioteca pública. Não há sistema de empréstimos entre bibliotecas, e também não é possível comprar livros. Em vez disso, a biblioteca prisional depende de doações de vários grupos e instituições, o que resulta em um acervo muitas vezes limitado e desatualizado. O mais comum são livros provenientes de doadores ligados a alguma religião. Essa falta de recursos pode ser atribuída, em parte, à falta de leis ou políticas que imponham o estabelecimento de bibliotecas prisionais. Muitas vezes é a própria prisão que decide designar um espaço onde se possam armazenar livros.

### 5.1.5 Serviços de biblioteca móvel

Em lugares onde não há biblioteca, uma biblioteca móvel pode ser uma solução prática e econômica. Na Nicarágua, por exemplo, o Bibliobús Bertolt

Brecht viaja, a intervalos regulares, para vários municípios rurais, escolas, fábricas e instituições, incluindo várias prisões. Seus serviços são financiados por uma ONG alemã (Hanemann; Krolak, 2017).

## Livros em movimento na Eslovênia

A Biblioteca Móvel de Liubliana é uma unidade independente da Biblioteca Municipal de Liubliana, na Eslovênia. De acordo com seu bibliotecário-chefe, esse acervo itinerante de livros tem rodado desde 1974. Foi identificada uma rota com 47 paradas diferentes. É composta por três funcionários e oferece serviços de biblioteca gratuitos. O foco principal é naqueles grupos especiais de pessoas que não podem visitar a biblioteca pública devido a deficiências ou por morarem longe. Um grupo-chave a que atende são as pessoas presas que estão confinadas atrás dos muros da prisão. Nesse âmbito, desde 1998 tem uma parceria com a Penitenciária de Ig.

A CFI é o único estabelecimento prisional na Eslovênia para mulheres condenadas. Aqui,

o confinamento é classificado como aberto, semiaberto ou fechado, o que indica o nível de segurança necessário. As visitas à Biblioteca Móvel de Liubliana são coordenadas para coincidir com o fim do horário do jantar, momento em que as pessoas presas podem sair das áreas comuns. No entanto, apenas aquelas que se enquadram na categoria aberta podem sair e visitar a biblioteca móvel, sob a supervisão de guardas prisionais.

Sem necessidade de pagar taxas, as pessoas presas também estão isentas de cobranças por atraso ou multas. Cada usuária pode reservar material, incluindo livros, DVDs e CDs. Existe também a opção de extensão de prazo de empréstimo para 75 dias.



Biblioteca Móvel de Liubliana em frente à Penitenciária Feminina CFI, na Eslovênia

Como é mostrado nesta seção, há variações significativas na configuração das bibliotecas prisionais. Cada biblioteca é única e o conceito do que é considerado biblioteca prisional difere bastante, desde uma filial de biblioteca profissional até um armário com alguns livros antigos. Há espaços atraentes e convidativos que se parecem com bibliotecas públicas externas, fornecendo um acervo cuidadosamente selecionado de materiais e um espaço para reuniões e socialização, mas também existem salas abandonadas que abrigam livros e materiais desatualizados, antigos ou irrelevantes.

Há ainda espaços de biblioteca onde as pessoas presas não podem entrar, mas podem encomendar materiais para suas celas, por exemplo, por meio de um catálogo impresso. Em outros lugares, a “biblioteca” é um carrinho de livros sobre rodas que vai de cela em cela com uma seleção de materiais para escolher.

Algumas bibliotecas prisionais oferecem acesso irrestrito e as pessoas presas são encorajadas a frequentá-las em seu tempo livre. Em outros casos, existem regras rígidas sobre quem pode visitar a biblioteca prisional, quando e por quanto tempo (por exemplo, uma ou duas vezes por semana durante 30 minutos). Muitas vezes, depende do interesse e do apoio da administração do presídio, bem como da visão do responsável pela biblioteca.

A próxima seção demonstra como a dedicação do bibliotecário da prisão é crucial para a prestação de serviços profissionais de biblioteca e para encontrar a melhor forma de aproveitar as condições únicas da instituição em que trabalha.

## 5.2 O papel do bibliotecário da prisão

De modo geral, o papel do bibliotecário da prisão vai além de simplesmente organizar e supervisionar um acervo de livros. Ou seja, aquele que trabalha em uma prisão é fundamental para o sucesso da biblioteca prisional. Com frequência, é o único profissional empregado, e todos os funcionários de apoio são pessoas presas que lá trabalham. Portanto, o bibliotecário precisa gerenciar todos os aspectos das operações da biblioteca e muitas vezes deve se concentrar em serviços que tenham mais impacto e atendam ao maior número de

usuários (Lehmann, 2000). Várias coisas distinguem o trabalho dos bibliotecários da prisão daqueles em uma biblioteca pública. Bibliotecários prisionais muitas vezes têm de trabalhar com recursos escassos e maiores restrições, devido à natureza do espaço e à necessidade de maiores precauções de segurança.

Ademais, é importante que os bibliotecários da prisão encontrem um equilíbrio entre as demandas da administração da instituição e as pessoas presas a que atendem. A chave para a eficácia é formar uma relação profissional aberta e baseada em confiança com os visitantes da biblioteca. Dessa forma, a biblioteca torna-se um espaço propício para que as pessoas presas se sintam confortáveis em expressar suas necessidades. Por essa razão, é preferível que a equipe da biblioteca tenha algum tipo de treinamento em serviços bibliotecários e trabalhe no local da biblioteca. E, embora seja construtivo ter pessoas presas trabalhando como assistentes, eles não são os candidatos ideais para operar e gerenciar um serviço tão relevante. No entanto, como acontece com outros padrões de bibliotecas prisionais, há variações e diferentes aplicações daquelas que são consideradas as melhores práticas.

Em um estudo sobre bibliotecas prisionais realizado nos EUA, Marjorie LeDonne percebeu “que, embora o espaço, o tempo, o dinheiro, o treinamento e a equipe de apoio adequada sejam importantes, a chave para o bom serviço de biblioteca prisional é o espírito, a energia e o senso de dedicação que o bibliotecário traz para o trabalho” (LeDonne, 1977, p. 65-66). Em outras palavras, é preciso uma pessoa muito especial, que não apenas tenha uma formação educacional sólida, mas também certas qualidades humanísticas. No entanto, é mais fácil definir e quantificar os requisitos acadêmicos do que as habilidades mais intangíveis; as normas e as diretrizes existentes lidam principalmente com o primeiro quesito.

Além das qualificações profissionais necessárias, o bibliotecário prisional precisa saber trabalhar bem em um ambiente prisional e, idealmente, ter conhecimento suplementar ou experiência em áreas como psicologia, criminologia, ensino, serviço social e/ou aconselhamento. É ainda muito importante que os bibliotecários tenham alguns

anos de experiência em um espaço de biblioteca fora do sistema prisional. Isso é recomendado devido à natureza isolada das bibliotecas prisionais. Não apenas os bibliotecários da prisão têm pouquíssimo

contato com colegas de outras bibliotecas prisionais, mas com frequência eles também não conseguem participar de associações profissionais onde podem buscar apoio e desenvolvimento.

## Uma biblioteca prisional premiada da Alemanha

Em reconhecimento aos seus serviços a pessoas presas e ao projeto atrativo após uma ampla reforma por um renomado arquiteto em 2005, a biblioteca do Presídio de Münster, na Alemanha (foto abaixo), foi nomeada “Biblioteca Alemã do Ano de 2007”, superando bibliotecas públicas e universitárias de todo o país. Essencial para todas essas mudanças foi a contratação, cinco anos antes, de um bibliotecário profissional dedicado.

Na época, a biblioteca em Münster consistia de quase 10 mil materiais, em 30 línguas, incluindo mais de 2 mil títulos em línguas estrangeiras,

***Mais de 70% da população carcerária de Münster usava seu tempo livre para ler, tornando-se a atividade de lazer mais popular no estabelecimento prisional.***

permitindo que pessoas presas de mais de 50 países lessem em sua língua materna. Fornecia materiais de leitura fáceis, livros ilustrados e quadrinhos, jornais e revistas, além de 2 mil audiolivros, CDs e DVDs. Materiais de leitura educativos também estavam disponíveis e eram destinados a pessoas presas com baixa habilidade de leitura. Além disso, as publicações sobre temas jurídicos lhes proporcionava informações sobre como funciona o sistema de justiça alemão, permitindo-lhes realizar suas próprias pesquisas. Além de oferecer materiais de leitura, a biblioteca sediava eventos, como encontros com autores. Também firmou parcerias com muitas organizações locais, incluindo livrarias, editoras, a universidade e, principalmente, a Biblioteca Municipal de Münster.

Em 2006, foram avaliados os hábitos de leitura da população carcerária de Münster: 80%



© Bönte

usavam a biblioteca regularmente, 79% dos entrevistados afirmaram que usavam seu tempo livre para ler, tornando-a a atividade de lazer mais popular na instalação. Ademais, 60% dos

entrevistados disseram ler por uma média de duas horas por dia, o que excedia em muito o tempo que a maioria passava lendo antes de seu encarceramento (Peschers, 2013).

Os profissionais da biblioteca também devem desenvolver certa flexibilidade, inteligência emocional, assertividade, forte tolerância ao estresse e muita paciência. Como prestadores de serviços, os bibliotecários prisionais precisam interagir com pessoas presas cujas vidas são produtos de diferentes situações culturais e pessoais, tanto passadas quanto presentes, com diferentes personalidades e habilidades. Portanto, o espaço da biblioteca prisional pode ser útil apenas se aqueles que trabalharem lá se sentirem confortáveis, confiantes e valorizados. Essencialmente, todas as pessoas presas, independentemente de como acabaram na prisão, devem ser vistos como pessoas que buscam serviços de literatura e de referência, e nada mais. Um bibliotecário não deve atuar com preconceito, mas tratar todos os usuários com o mesmo respeito profissional. O nível de receptividade de um bibliotecário às necessidades da biblioteca é fundamental para que ela desempenhe um papel positivo no cotidiano das pessoas presas atrás das grades (Lehmann, 2009).

Um espaço de biblioteca bem administrado proporciona satisfação tanto para as pessoas presas quanto para os profissionais. Ao priorizar as necessidades por informação dessa população, o bibliotecário pode obter grande satisfação no trabalho. Por exemplo, um bibliotecário de prisão dos EUA descreve o serviço bibliotecário em prisões como um “trabalho disponível difícil, mas gratificante; triste, mas feliz; desafiador, mas esclarecedor; frustrante, mas interessante” (Andrew, 2017). Ajudar os outros é gratificante de uma forma especial.

Os bibliotecários podem ser os profissionais mais lembrados por uma ex-pessoa presa durante o tempo em que passou confinado. Isso verifica-se no feedback positivo compartilhado por um dos respondentes ao nosso chamado por contribuições,

desta vez um bibliotecário prisional da Suécia, que contou que pessoas presas lhe diziam: “Você é a pessoa mais importante nesta prisão” e “Você é uma das poucas coisas positivas de quando cumprir pena em Skänningeanstalten” (uma prisão de segurança média a cerca de 200 km de Estocolmo). Bibliotecas propiciam momentos em que pessoas privadas de liberdade podem imergir em obras literárias e escapar da realidade do confinamento, e os bibliotecários podem instilar-lhes amor e hábito de leitura.

### 5.2.1 Formação e networking

As *Orientações* da IFLA defendem a prática de contratar bibliotecários com formação profissional para as bibliotecas prisionais. Com base em relatórios, pouquíssimos países, como a Noruega e a Holanda, fazem isso em âmbito nacional. Em muitos países, a presença de bibliotecários profissionais nas prisões é inconsistente. Muitas bibliotecas prisionais são administradas por agentes penitenciários, que, provavelmente, têm outras funções além de supervisionar a biblioteca. Também é prática comum que pessoas presas auxiliem na gestão cotidiana das bibliotecas.

Na Austrália não há profissionais qualificados na maioria de suas bibliotecas prisionais. A maioria dessas bibliotecas do país é administrada por pessoas presas, mas, “apesar da grande dedicação e de reconhecerem o valor de suas bibliotecas, eles não têm a habilidade necessária nem são capazes de oferecer os serviços que poderiam ser prestados por um profissional. Essas bibliotecas também não têm ninguém para defendê-las dentro da prisão, ou dentro do sistema penitenciário, deixando-as vulneráveis à falta de reconhecimento e ao apoio dos administradores da prisão” (Garner, 2017, p. 334-335). Em Gana, a responsabilidade pela fiscalização da biblioteca na maior prisão do país, o Presídio de Segurança Média de Nsawam, é do coordenador

educacional da instituição, mas a gestão diária da biblioteca é realizada por uma pessoa presa sem nenhuma formação em ciência da informação (Mfum, 2012). Na Turquia, as bibliotecas prisionais são administradas por docentes. Pessoas presas com escolaridade de nível superior podem ser designadas para auxiliar o professor-bibliotecário.

Um estudo na Croácia (ver seção 5.1.3) constatou que nenhuma das prisões pesquisadas empregava um bibliotecário formado e

experiente. Sete bibliotecas prisionais eram administradas por uma pessoa presa, cinco por uma pessoa presa junto com um agente penitenciário, seis por um agente penitenciário cuja responsabilidade principal não era a biblioteca, e duas eram geridas por um agente penitenciário ou outro funcionário cuja principal responsabilidade era administrar a biblioteca. Nenhum funcionário da biblioteca tinha formação formal ou informal em ciência da informação (Šimunić et al., 2016).

Depois de analisar vários exemplos de países para uma edição especial do *IFLA Journal* sobre bibliotecas prisionais, Vibeke Lehmann concluiu: “É motivo de grande preocupação o fato de, em muitos países, bibliotecários profissionais e formados em ciência da informação ainda não serem empregados em bibliotecas prisionais, ou mesmo em uma posição de supervisão ou coordenação. Muitos autores descrevem isso como um grande obstáculo para o desenvolvimento futuro e para o propósito de construir bibliotecas prisionais verdadeiramente profissionais que atendam às necessidades de reabilitação, educação e recreação de seus usuários” (Lehmann, 2011b, p. 385).

Uma solução prática para esse problema foi implementada na França na década de 1980, quando um relatório revelou que as bibliotecas prisionais não contavam com uma organização profissional, não forneciam acesso direto a seus acervos e

que estes eram pouco atraentes e inadequados. Desde então, profissionais de bibliotecas públicas são designados regularmente para trabalhar em bibliotecas prisionais francesas. Foi-lhes pedido que reformassem as bibliotecas prisionais de acordo com o modelo de biblioteca pública, e isso transformou os bibliotecários públicos em peças fundamentais para o funcionamento prático das bibliotecas prisionais, bem como para o desenvolvimento do acervo e para a implementação de programas de promoção de uma cultura de leitura entre pessoas presas (Cramard, 2011).

Outra solução prática é ter um bibliotecário profissional coordenando várias bibliotecas prisionais, como é o caso de Münster e Colônia, na Alemanha, onde um único bibliotecário profissional coordena 20 a 30 bibliotecas prisionais. O trabalho do coordenador incluía formação

dos funcionários, introduzi-los ao *software* da biblioteca, assessorá-los no desenvolvimento de acervos, atividades de divulgação e letramento, bem como oferecê-los apoio em todas as outras questões de administração da biblioteca.

Nos Estados Unidos, é comum ter coordenadores de bibliotecas prisionais. Lehmann (2011a) relatou que, em junho de 2010, havia cerca de 950 bibliotecas prisionais no país, e por volta de dois terços delas contavam com uma equipe de funcionários, embora nem todos fossem bibliotecários profissionais. Cerca de 25 estados empregavam um coordenador ou um consultor central de bibliotecas prisionais, quer fosse no Departamento Correcional ou na equipe da biblioteca estatal.

Um lado positivo é que trabalhar na biblioteca prisional pode ser uma oportunidade para pessoas presas e para os funcionários da prisão para obterem formação como auxiliares de biblioteca. Vários países relataram que oferecem programas de formação especializada que visa a profissionalizar pessoas. Como a função de bibliotecário de prisão pode ser um empreendimento solitário, há forte necessidade de formar redes (*networking*). Em âmbito internacional, os bibliotecários de prisão podem



se conectar pela Seção de Serviços de Biblioteca para Pessoas com Necessidades Especiais da IFLA. Em âmbito nacional, alguns países relataram que o *networking* entre bibliotecários de prisão é institucionalizado.

Na Holanda, bibliotecários prisionais e assistentes de biblioteca se graduam em programas formais de formação e são, por definição, funcionários públicos do Ministério da Justiça. Legislações estipulam que eles devem concluir cursos obrigatórios que os preparam para lidar especificamente com pessoas presas. Ademais, desde 2009, o Coordenador de Bibliotecas Prisionais atua como intermediário entre as bibliotecas e o Departamento de Justiça para Prisões em Haia. Além dele, há um órgão consultivo que representa os interesses dos funcionários da biblioteca prisional. Este grupo de bibliotecas organiza reuniões anuais, que facilitam o *networking*, a troca de informações e a promoção de conhecimentos úteis.

No Reino Unido, o Instituto de Profissionais de Biblioteca e Informação (*Chartered Institute of Library and Information Professionals – CILIP*) abriga

o Grupo de Bibliotecas Prisionais, que propicia aos interessados a chance de se conectar com outros que trabalham nesses espaços. O grupo afirma que tenta “compartilhar e desenvolver ideias por meio de capacitações e publicações, o que é benéfico para todos os membros preocupados com os serviços de biblioteca às pessoas presas, aos agentes penitenciários e aos profissionais de educação, de modo a interagirem com o serviço penitenciário e estimularem contatos entre as autoridades da biblioteca local e os estabelecimentos de serviços penitenciários” (Prison Library Group, 2014). Para isso, o grupo oferece oficinas de formação e desenvolvimento, além de bolsas para o financiamento de despesas com formação profissional. Isso se soma ao *The Prison Libraries Training Pack*, que é regularmente revisado e atualizado e fornecido gratuitamente aos seus membros (Prison Library Group, 2014). Nos Estados Unidos, a Divisão de Bibliotecas Especializadas e Cooperativas da American Library Association (ASCLA) administra uma lista de discussão por e-mail, bastante ativa e popular, chamada *Prison-L, Library Services to Prisoners* (Lehmann, 2011a).

## Uma renovação sistemática das bibliotecas prisionais no Chile

Em 2015, o departamento de bibliotecas públicas do Chile analisou a situação das bibliotecas prisionais no país e notou alta variação na qualidade dos serviços. De modo geral, as bibliotecas que contavam com equipe profissional eram estáveis, enquanto outras “tiveram apenas um primeiro impulso e depois permaneceram inativas, resultando em grande perda de livros e baixo interesse dos responsáveis. Como consequência, as bibliotecas se tornaram de pouco interesse para as pessoas presas e de acesso muito difícil. Bibliotecas ligadas a escolas tiveram melhor sorte, pois as escolas cuidavam do serviço e [embora isso as beneficiasse] permitiam acesso a seus programas educacionais apenas àqueles

que frequentavam esses estabelecimentos. (...) De qualquer forma, o destino da biblioteca dependia apenas da motivação das pessoas, ou até mesmo de uma única pessoa” (Rivera Donoso, 2018, p. 2).

Como consequência desse estudo, o sistema de bibliotecas públicas do Chile implementou um plano de bibliotecas prisionais com o objetivo de promover melhores hábitos de leitura entre a população carcerária e tornar a biblioteca o centro cultural de todas as unidades prisionais do país. Depois de conversar com muitos atores envolvidos na promoção da leitura em prisões, foi compilada uma lista de livros adequados para os pessoas presas. Esses títulos

foram então integrados ao acervo existente de livros, predominantemente doados, “a maioria dos quais não tinha qualquer relevância para as necessidades da população prisional. De modo geral, os livros do acervo, pelo contrário, repeliam a leitura e aumentavam a imagem da biblioteca como um lugar chato. Parecia até mesmo um lugar de punição” (Rivera Donoso, 2018, p. 4). As características particulares de cada prisão também foram levadas em conta, incluindo fatores como populações de línguas minoritárias. Para complementar o acervo da biblioteca física, foi desenvolvido um centro de recursos digitais *offline*, que oferece cursos de alfabetização digital, acesso a materiais educativos e recreativos, formação profissional, catálogo da biblioteca prisional e ferramentas de entretenimento, como vídeos e música.

Hoje, juntamente com o fortalecimento do acervo da biblioteca, são feitos esforços para tornar as bibliotecas prisionais do país atraentes e confortáveis, já que experiências anteriores mostraram que apenas fornecer livros não é suficiente para apoiar o desenvolvimento do hábito de leitura. Também são realizadas sessões em grupo regulares para que as pessoas presas possam discutir temas de interesse comum, como futebol ou moda. Isso fornece um pano de fundo para a introdução de literatura relacionada e uma oportunidade para compartilhar experiências por meio da conversa e da escrita. Outras oficinas incluem

alfabetização digital, escrita criativa e clubes de livros.

Como resultado dessas e de outras oficinas, mais de 78% das pessoas presas participantes dizem ter “escrito um texto literário pela primeira vez, compartilhado experiências e leituras das oficinas com familiares e amigos durante as visitas, melhorado sua compreensão de texto e vocabulário e desejado ler” (Rivera Donoso, 2018, p. 8). Os agentes penitenciários relatam que as pessoas presas que frequentam as oficinas têm níveis mais baixos de ansiedade, e que o nível geral de violência diminuiu no ambiente prisional.

Outra iniciativa foi a formação inicial e continuada da equipe da biblioteca, incluindo formação presencial, visita a bibliotecas públicas e prisionais para aprendizagem com colegas, bem como aulas de administração de bibliotecas e TI. Além disso, foi desenvolvido um curso virtual de formação em ciência da informação, e cada biblioteca prisional passou a fazer parte da rede regional de bibliotecas públicas.

Até maio de 2018, cerca de dois terços das pessoas presas eram usuários cadastrados de bibliotecas. O número de usuários e empréstimos de livros tem crescido constantemente; em relação ao impacto social, a recolocação profissional de ex-pessoas presas tem aumentado e a reincidência criminal, diminuído (Rivera Donoso, 2018).

O *networking* também é importante para os sistemas de bibliotecas prisionais da Alemanha. Há apenas quatro profissionais em bibliotecas prisionais no país. Em 1995, esses bibliotecários eram ligados a um grupo de trabalho especial da Associação Alemã de Bibliotecas. Em 2006, foi fundada uma organização nacional de apoio para bibliotecas prisionais (Förderverein Gefangenenbüchereien e.V.), que reúne anualmente cerca de 130 amigos de bibliotecas prisionais (Peschers, 2013).

Portugal criou uma oportunidade de *networking* pelo projeto Leituras em Cadeia, que durou dois anos e incluiu formação em serviço para pessoas presas, agentes penitenciários e professores que trabalham em bibliotecas prisionais. Ocorreram também dois minicursos sobre bibliotecas prisionais e promoção da leitura em presídios voltados para professores, professores de ciência da informação, bibliotecários públicos, mediadores de leitura, educadores prisionais e outros profissionais. Para garantir a

facilidade de comunicação e o compartilhamento de informações e experiências entre bibliotecários prisionais em toda a Argentina, foi instituída a Rede Girassol entre 2009 e 2015. A rede consistia em um sistema interconectado de e-mails e um blog ([www.bibliotecasabiertas.wordpress.com](http://www.bibliotecasabiertas.wordpress.com)). Atualmente, o blog funciona como um arquivo de experiências nas bibliotecas prisionais do país. Também é possível acessar obras de arte das pessoas presas, incluindo poesia, contos, desenhos e textos (Giacchino De Ribet; Sai, 2011).

### 5.3 Acervo de bibliotecas e questões de segurança

De acordo com as *Orientações* da IFLA, os documentos devem ser selecionados de acordo com uma política de gestão de acervo de bibliotecas que tenha como base a composição demográfica da população carcerária. Nenhuma censura será aplicada na seleção dos documentos, salvo em circunstâncias em que determinado título ou item é reconhecido como

uma ameaça à segurança da prisão (Lehmann; Locke, 2005).

Em muitos lugares, contudo, há grande diferença entre as orientações

aplicáveis e o que é realmente oferecido (Sutter, 2015). Os acervos de livros e mídias disponíveis nas bibliotecas prisionais diferem muito de uma prisão para outra, e de um país para outro. Assim, apenas algumas bibliotecas prisionais possuem um acervo cuidadosamente selecionado com base em necessidades e em constante evolução. Na realidade, muitas bibliotecas prisionais estão, pelo contrário, cheias de livros e materiais antigos e muitas vezes irrelevantes. Os acervos nem sempre são fornecidos por autoridades prisionais, e muitas bibliotecas contam apenas com doações de livros (Muñoz, 2009).

Por exemplo, um estudo da Nigéria destaca o papel de ONGs, grupos religiosos e indivíduos no fornecimento de materiais para bibliotecas prisionais (Eze, 2015). Outro estudo, conduzido em

quatro prisões da Nigéria, mostrou que cerca de 85% das pessoas presas consideravam inadequada a condição de sua biblioteca prisional (Sambo et al., 2017). Pesquisas na Bulgária relataram que os acervos de suas bibliotecas prisionais estão cheios de títulos obsoletos, desatualizados e irrelevantes, muitos deles em mau estado devido a uso intensivo, e a maior parte desses livros remontam a antes de 1989. Em uma biblioteca prisional búlgara, apenas 3% do acervo havia sido publicado depois dessa data. Muitos livros foram doados por “editoras cuja generosidade está associada a resto de publicações especializadas e obsoletas que não interessam às pessoas presas” (Tsvetkova; Andrekova, 2016).

Na Jamaica, ao entrar na prisão, as pessoas presas recebem material religioso e livros de instruções morais relacionados a sua confissão religiosa. Gana informou que a maioria dos livros doados à biblioteca prisional era de conteúdo religioso. (Mfum, 2012). Bibliotecas prisionais no Kuwait

dependem de doações de livros ou de livros religiosos fornecidos pelo Ministério de Doações (Awqaf) e Assuntos Islâmicos.

Idealmente, livros e outros materiais devem refletir as necessidades multiculturais e multidimensionais de uma população prisional com diversas habilidades linguísticas e diferentes níveis de leitura. Portanto, há alta demanda por revistas em quadrinhos e materiais de fácil leitura, bem como materiais de referência em línguas estrangeiras. Além de livros, as bibliotecas prisionais devem fornecer jornais e revistas, jogos, audiolivros, cursos de línguas, filmes, música e outros materiais audiovisuais (Sutter, 2015).

Por permitirem que pessoas presas acessem informações em sua própria língua e haja igualdade em leitura e aprendizagem, há de se destacar soluções práticas como a biblioteca multilíngue da Finlândia. Trata-se de um acervo gigantesco que fornece materiais para outras bibliotecas. A biblioteca reúne textos em mais de 64 línguas, e tem como objetivo ajudar bibliotecas com menos diversidade linguística a complementar suas próprias coleções de materiais em línguas

estrangeiras. Pessoas presas finlandesas têm a possibilidade de fazer empréstimos de livros escritos em sua própria língua nessa biblioteca multilíngue (Helmet, 2019).

Outra solução prática é encontrada na Holanda, onde a liberdade de expressão e o direito à informação são os princípios básicos que orientam o desenvolvimento do acervo nas instalações prisionais do país. A variedade de línguas faladas pelas pessoas presas é refletida por um acervo de mídia em cerca de 25 línguas estrangeiras. Além disso, existe uma rede de intercâmbio que chega a alcançar até 20 bibliotecas, cada uma dedicada a uma língua estrangeira. Por meio dessa cooperação, o acervo de mídia disponível pode atender às necessidades de todas as pessoas presas, independentemente de religião, língua ou nível educacional. Eles têm acesso a artigos jurídicos, dicionários, textos de autoaprendizagem e de habilidades para a vida. Também estão disponíveis romances, revistas em quadrinhos, jornais, periódicos, audiolivros e CDs, bem como instrumentos musicais, quebra-cabeças e equipamentos de desenho. Além disso, pessoas presas com baixo nível de letramento participam de um programa de alfabetização individualizado fornecido pelo Ministério da Educação, pela Secretaria Municipal de Educação, ou por outros órgãos e instituições especializadas na área (Peschers, 2013).

Na Noruega, as pessoas presas são muito diversas e falam cerca de 20 a 30 línguas diferentes. A Biblioteca Nacional coordena um serviço que fornece livros em 70 línguas diferentes para as bibliotecas públicas, incluindo as prisionais (Bolt; Ra, 2018).

Da mesma forma, pessoas presas com deficiência ou necessidades especiais têm direito de acessar materiais que atendam a seus requisitos de leitura e aprendizagem. No entanto, em muitos países, transformar esta recomendação em prática parece desafiador. Em muitos lugares se opera com recursos inadequados, apoio limitado ou não estruturado do Estado e incapacidade de atender às necessidades específicas das pessoas presas.

No Canadá, o acervo de livros, jornais e periódicos varia entre cada biblioteca prisional. As escolhas são baseadas no julgamento do bibliotecário responsável. Por exemplo, um bibliotecário pode

procurar jornais de cidades e países de onde vem a maioria das pessoas presas ou para onde irão após a libertação. Estão disponíveis livros e materiais que atendem às necessidades básicas das pessoas presas de minoria linguística, e outros que apoiam a alfabetização e a graduação dos detentos. Eles também podem solicitar livros que não estão disponíveis na biblioteca institucional, e os pedidos são submetidos a uma aprovação caso a caso. Nos Estados Unidos, o acesso por pessoas presas

### ***Livros precisam refletir as necessidades multidimensionais de uma população carcerária com diferentes habilidades de leitura.***

a textos jurídicos é previsto por lei. Em 1977, uma decisão da Suprema Corte norte-americana estabeleceu que as autoridades prisionais devem fornecer textos jurídicos para as pessoas presas por meio de bibliotecas de direito adequadas ou da devida assistência de pessoas com formação em direito. No entanto, cada estado, e na verdade cada instituição, trata essa exigência federal de forma diferente (Lehmann, 2011a).

Como todos os procedimentos e regulamentos prisionais são significativamente impactados por questões de segurança, a censura é um problema para o desenvolvimento do acervo. Costuma-se censurar com o objetivo de prevenir violência, fugas, rebeliões, contrabando e outros crimes dentro da instituição. A biblioteca prisional faz parte da instituição, e portanto, está sujeita a questões de segurança de duas maneiras. Em primeiro lugar, cuidados devem ser tomados para que as instalações físicas e os materiais emprestados não sejam utilizados para fins ilegais. A censura pode ser estabelecida simplesmente ao verificar os livros em busca de mensagens ocultas, armas contrabandeadas, drogas ou outras substâncias proibidas. Segundo, livros ou outros materiais podem ser retidos e censurados se forem constatados conteúdos conflitantes com regulamentos e legislações ou contraproducente à ordem geral, como pornografia ou violência. A censura é um tema proeminente nas bibliotecas prisionais dos EUA, onde os bibliotecários devem equilibrar os conflitos entre os princípios da

liberdade de acesso à informação e do cumprimento das restrições institucionais a determinados conteúdos (Garner, 2017, p. 337). Um bibliotecário prisional norte-americano afirmou que “a censura é uma dura realidade para os bibliotecários e contraintuitiva para a profissão. No entanto, segurança é primordial, e na prisão, alguns direitos são retirados, incluindo o acesso a certos materiais de leitura” (Andrew, 2017). O ideal é que haja censura apenas quando for essencial e não impedir o desenvolvimento literário e/ou educacional dos pessoas presas.

### ***O uso de mídia e comunicação durante a reclusão deve ser adaptado às mudanças de hábitos do lado de fora da prisão.***

O acesso à Internet e outras mídias digitais é outro campo em que o equilíbrio entre direitos e segurança é um desafio, conforme discutido na seção 5.4, a seguir.

#### **5.4 Oportunidades e desafios digitais**

O uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) em prisões, e particularmente em bibliotecas prisionais, pode ser válido para uma diversidade de propósitos. Os funcionários podem se beneficiar do uso de *software* para administrar o acervo ou acessar a internet para pesquisas ou empréstimos entre bibliotecas. Ao mesmo tempo, ao terem acesso direto a computadores, as pessoas presas podem não apenas fazer suas próprias pesquisas sobre acervos internos e externos, mas também podem aprender a usar os computadores e outras mídias digitais. Mas o uso de mídia digital e equipamentos técnicos no ambiente prisional está sujeito a extensas considerações de segurança e financeiras. Isso se deve, por um lado, ao risco de uso e manipulação indevidos dos dispositivos para fins de comunicação externa e, por outro, aos altos custos de *hardware* e *software* e à necessidade de pessoal especializado para manutenção.

Embora as questões de recursos limitados e a ameaça à segurança dominem esta discussão, o uso de mídia e comunicação durante a reclusão deve ser adaptado às mudanças de mídias e hábitos do lado de fora

da prisão. Nesse aspecto, a IFLA propõe, em suas Orientações, que a biblioteca prisional faça uso de tecnologia de informação moderna. Essa integração deve, no entanto, ser implementada sem comprometer a segurança prisional. Usuários da biblioteca devem ser capazes de usar softwares multimídia e os funcionários devem ter acesso à Internet, incluindo e-mail, a fim de responder a solicitações de informações, pesquisar catálogos digitais de bibliotecas, comunicar-se com colegas profissionais e fornecedores, participar de atividades de desenvolvimento profissional e facilitar empréstimos entre bibliotecas (Lehmann; Locke, 2005).

Na Índia, 600 pessoas presas da Prisão de Tihar se beneficiam de uma biblioteca eletrônica que as autoridades criaram em outubro de 2014. Cinco a seis computadores e dois tablets estão disponíveis para capacitar as mulheres e para aprimorar suas habilidades técnicas. Elas são incentivadas a ler em dispositivos eletrônicos e a aproveitar as oportunidades de aprendizagem digital (PTI, 2014).

Algumas bibliotecas prisionais da Índia servem como centros de estudo para facilitar o ensino à distância de pessoas presas que estão matriculadas em diferentes cursos e para oferecer materiais didáticos e livros de referência. Por exemplo, a Universidade Nacional Aberta Indira Gandhi (IGNOU) iniciou um programa para a criação de 94 Centros de Estudos Especiais em prisões por toda a Índia até 2017, beneficiando cerca de 25 mil pessoas presas (UNODC, 2017).



As Orientações da IFLA sugerem que bibliotecas prisionais façam uso de tecnologia de informação atual sem comprometer a segurança prisional

## Experiências na Índia

Com mais de 1,35 bilhão de habitantes, a Índia é o segundo país mais populoso do mundo. De acordo com dados do World Prison Brief, em dezembro de 2016, o país tinha cerca de 1.400 prisões, abrigando cerca de 430 mil homens e mulheres (World Prison Brief, 2019b). Só a Prisão Central de Tihar, em Nova Deli, considerada a maior do sul da Ásia, detém cerca de 15 mil pessoas presas em seu complexo de oito pavilhões, cada um equipado com uma biblioteca. Ali, eles podem ler por até quatro horas diárias ou pegar livros emprestado. A intenção, segundo um ex-oficial de justiça, é “incentivar as pessoas presas a ler para que se inspirem a tomar o caminho certo na vida” (Lama, 2017).

O acervo de cerca de 100 mil livros das bibliotecas de Tihar compreende doações de cidadãos e ONGs ou compras com desconto pelas autoridades prisionais. Há livros de referência, ficção indiana e ocidental, e textos de direito, religião e espiritualidade. Mahatma Gandhi é o autor mais lido da prisão: de acordo com um bibliotecário, a autobiografia de Gandhi, “Minha vida e minhas experiências com a verdade” é emprestada por no mínimo dez pessoas presas por semana. Também ajuda o fato de o livro ter sido traduzido para mais de 35 línguas. “Você raramente vê uma cópia desse livro em boas condições”, contou um ex-pessoa presa que trabalhava na biblioteca de Tihar. “Há sempre

páginas faltando ou inúmeras marcas no livro” (Lama, 2017). Isso joga alguma luz sobre a popularidade de determinados livros na prisão – por exemplo, quando o conteúdo reflete as próprias experiências das pessoas presas, como é o caso da autobiografia de Gandhi (ele foi preso em 1922, julgado por sedição e condenado a seis anos de detenção).

Outra prisão digna de nota, o Presídio Central Viyyur, no distrito de Thrissur, em Kerala, sul da Índia, é a única prisão conhecida no estado com um prédio autônomo para a biblioteca. Estão disponíveis mais de 10 mil livros, mais jornais e periódicos, com a maioria dos textos em malaiala, a língua local. A biblioteca está aberta todos os dias, e quase todas as 800 pessoas presas utilizam seus serviços. Um assistente social que trabalha na biblioteca notou que “nenhum das pessoas presas vem como amante da leitura, mas o confinamento na prisão atrai muitos deles para nossa biblioteca. A maioria passa o tempo livre aqui, lendo e discutindo questões sociais com outros” (Shyam, 2011). As pessoas presas em Viyyur são responsáveis pela gestão cotidiana da biblioteca, e os usuários dizem que consideram uma maneira produtiva e satisfatória de passar seu tempo livre. “Ler romances e outros livros me leva a um plano totalmente diferente”, afirma uma pessoa presa. “Se tivesse conhecido a leitura antes, eu teria sido uma pessoa totalmente diferente”

Para muitas bibliotecas prisionais, um objetivo razoável seria uma conexão digital com o próprio catálogo e, em um segundo momento, com catálogos de bibliotecas externas. Isso expandiria a gama de mídias a que as pessoas presas têm acesso. Outro objetivo desejável seria uma versão *online* autônoma ou fechada de um banco de dados em web ou um módulo de aprendizagem digital para simular a experiência de navegação *online*.

Com isso em mente, várias prisões já deram passos preliminares para a integração dos meios digitais na ressocialização das pessoas presas. Por exemplo, na Alemanha, uma plataforma de gestão de aprendizagem chamada *elis* (*e-learning in prisons*), criada em 2004, funciona como um repositório de um amplo acervo de mídias *online* e *offline*, em uma variedade de formatos e para múltiplos propósitos de ensino e aprendizagem, prontas para uso nas



© Prison Radio Association

prisões. A *elis* também fornece a infraestrutura técnica de acesso seguro a mídias digitais online. O apoio técnico, pedagógico e organizacional é do Instituto de Educação da Sociedade de Informação (*Institut für Bildung in der Informationsgesellschaft gGmbH*), filiado à Universidade Técnica de Berlim. A primeira versão intranet autônoma de [www.ich-will-lernen.de](http://www.ich-will-lernen.de) (quero aprender) para prisões foi instalada em 2011, e desde então tem sido usada com sucesso em mais de 120 presídios, incluindo alguns na Áustria. Em 2014, o [ich-will-deutsch-lernen.de](http://ich-will-deutsch-lernen.de) (quero aprender alemão) também foi preparado como uma versão intranet e usado com grande sucesso como um programa de aprendizagem por meio da plataforma *elis* do sistema prisional.

As pessoas presas no Canadá têm acesso a uma biblioteca de referência digital, que também é conhecida como “CD-ROM da pessoa presa”, ou disco compartilhado, por meio da qual eles acessam computadores e CD-ROMs em todos os estabelecimentos federais. Esta biblioteca de referência digital consiste em uma série de temas. série de documentos, formulários e outros recursos que as pessoas presas podem usar e consultar sobre uma série de temas. Atualizados trimestralmente, os recursos incluem, mas não se limitam a, uma política do Serviço Penitenciário do Canadá,

legislação nacional e muitos textos jurídicos. As “Regras mínimas para serviços de biblioteca” da Associação Australiana de Bibliotecas e Informações (ALIA, 2015) afirmam que ter um laboratório de TIC é de suma importância nas prisões e exige que todo presídio tenha um. Afirma ainda que um comitê de TIC deve ser composto por um bibliotecário e por uma equipe educacional. De acordo com a política, “a presença de um bibliotecário profissional garante que as necessidades atuais e futuras da biblioteca sejam atendidas, e à medida que surgem novas tecnologias, elas sejam avaliadas sob uma perspectiva de informação” (ALIA, 2015, p.16). Sempre que possível, dependendo das situações individuais e das questões de segurança das pessoas presas, eles devem ter acesso supervisionado à internet. Para isso, propõe-se envolver um bibliotecário na seleção de sites aprovados com base nos níveis de segurança desejados. Caso não haja conexão com a internet, o presídio é obrigado a garantir que haja computadores com *softwares* multimídia para atividades informacionais, educacionais e recreativas (ALIA, 2015).

Na Bélgica, o projeto *PrisonCloud* fornece a pessoas presas acesso limitado à internet. Em suas celas, os detentos podem usar esse serviço digital para ter acesso a televisão, filmes, programas de computador,

sistemas de aprendizagem digital e outros dispositivos educacionais. O *PrisonCloud* oferece acesso à rede por categorias, como saúde, busca de emprego e *aprendizagem digital* (Knight, 2017). Em Cingapura, onde é reconhecida a importância de acompanhar a família e as notícias atuais, foi introduzido um programa piloto que permite às pessoas presas compartilhar *tablets* conectados a uma rede interna segura. No final de 2018, Trinidad e Tobago alterou as regras para que as pessoas presas conversassem com seus filhos.

Na Argentina, a Internet é usada para auxiliar em projetos de ensino à distância, os quais são geralmente oferecidos por bibliotecas prisionais (Giacchino De Ribet; Sai, 2011).

Para que uma pessoa presa se reintegre ao mundo atual, o papel das TIC deve ser repensado, pois o acesso à informação tornou-se digital e o conteúdo está cada vez mais acessível apenas por meios digitais. É particularmente necessário que pessoas que viveram longe da revolução digital ou que não tenham tido contato com essas técnicas antes de seu encarceramento possam praticá-la. Ao mesmo tempo, as autoridades prisionais e das bibliotecas prisionais precisam cuidar das pessoas presas que já viviam uma vida digital antes de iniciarem sua pena.

Devido a questões de segurança, é compreensível que oferecer acesso aberto à internet seja um desafio. Contudo, oferecer serviços *online* fechados é uma boa maneira de proporcionar uma abertura para a riqueza de informações disponíveis fora dos muros da prisão. Além disso, acesso a computadores, *tablets* ou outros dispositivos digitais oferece às pessoas presas a chance de praticar as habilidades digitais de que necessitarão assim que forem libertados.

## 5.5 Serviços de extensão e atividades de alfabetização

Uma biblioteca prisional, idealmente, deve oferecer uma gama de serviços de extensão adequados às necessidades educacionais, informativas e recreativas de seus usuários. O simples acesso a materiais de leitura impressos e digitais não capitaliza as muitas oportunidades pertinentes que uma biblioteca prisional poderia oferecer, incluindo atividades de extensão como círculos de leitura e clubes de livros, escrita criativa (poesia e contos), grupos de debate, visitas de autores, torneios de poesia (torneio-slam) e oficinas de teatro.



*Biblioteca Feminina e Infantil Jones Day na Prisão Feminina Lang'ata, Nairóbi, Quênia*

© African Prisons Project

Olhar para alguns exemplos de todo o mundo mostra que existem muitas maneiras inovadoras e criativas de usar os materiais e o espaço oferecidos por uma biblioteca prisional. As ideias, muitas vezes, dependem simplesmente do impulso e da imaginação dos funcionários da biblioteca. Até as próprias pessoas presas tomam a iniciativa de organizar atividades de letramento, ou podem receber a assistência de voluntários de fora da



prisão. Por exemplo, a biblioteca prisional da Prisão Feminina Lang'ata em Nairóbi, Quênia, acima, permite que mais de 600 mulheres e seus filhos, bem como funcionários da prisão e suas famílias, acessem uma riqueza de materiais educacionais relevantes para crianças e adultos e apoiem oportunidades de aprendizagem familiar (African Prisons Project, 2018). Uma voluntária de uma oficina de escrita criativa na Prisão Feminina Lang'ata compartilhou suas experiências:

Desisti de todas as tentativas de ensinar, pois eu aprendo mais do que elas a cada semana. [...] Ontem, uma das mulheres disse ao grupo: “Não quero falar sobre o que aconteceu naquela época – foi apenas um momento em

que eu não me reconheço. Quero falar sobre hoje, amanhã e além deste lugar. Quero ser uma escritora, não uma prisioneira marcada para sempre por meu crime”. Ela reconheceu e expressou perfeitamente o que eu esperava incitar na prisão. A classe aquiesceu enquanto a ouviam, e, em silêncio, nós concordamos que escrever poderia ser um caminho para além das grades da prisão; seja lá qual for a prisão em que se está. E muito além dos vários momentos sangrentos e terríveis que as levaram para a prisão, eu vejo a gentileza dessas mulheres; a compaixão e a paciência delas enquanto ouvíamos umas às outras no pior lugar em que se possa estar. (Bowden, 2018).

## O poder de um clube de livros numa prisão em Uganda

O *African Prisons Project* (APP), projeto beneficente com sede no Reino Unido, foi lançado em 2007 com o principal objetivo de capacitar pessoas presas e funcionários de prisão para melhorar o acesso a competências cotidianas, justiça e liderança, além de permitir que eles entendam a lei e seus direitos como indivíduos (African Prisons Project, 2018).

Um dos meios em que o APP atua é pelo desenvolvimento e pelo fortalecimento das instalações da biblioteca prisional. A Book Aid International, uma instituição de caridade de doação de livros e desenvolvimento de bibliotecas do Reino Unido, apoia o trabalho do APP com doações de livros novos para serem usados nas 14 bibliotecas prisionais em que o APP atua em Uganda e no Quênia. Essas bibliotecas são mais do que apenas um lugar para abrigar um acervo de livros; lá também são realizadas várias atividades de leitura e aulas.

Para apoiar o prazer e o valor da leitura, a biblioteca da Prisão de Luzira, em Uganda, por

exemplo, abriga um clube do livro administrado por uma pessoa presa, juntamente com a equipe do APP. Nas manhãs de segunda-feira, as pessoas presas se reúnem para discutir sobre a leitura mais recente. A sessão também é uma oportunidade para aqueles com níveis mais baixos de letramento praticarem suas habilidades de leitura com leitores mais avançados (Book Aid International, 2016).

“Quando cheguei na prisão, não sabia ler nem escrever”, explicou o organizador do clube. “Pedi a meu companheiro de cela para redigir uma carta em meu nome, mas ele me disse que seria a primeira e última vez que me faria esse favor” (Book Aid International, 2016). Essa experiência o convenceu a melhorar seu letramento, primeiro por meio de aulas de alfabetização e, em seguida, pela organização de sessões do clube do livro.

Outro beneficiário do clube comentou que ele também reiniciou sua aprendizagem na prisão e, em seguida, ficou apaixonado pela

leitura. “Todo livro tem um propósito”, disse a seus companheiros de prisão. “Mesmo os romances, possuem algo que podemos aprender com eles”. Para pessoas presas de todo o mundo, livros são mais do que apenas uma forma de escapar; são uma porta de

entrada para promover a educação. Em Luzira, por exemplo, muitos participantes do clube do livro disseram que seu novo amor pela leitura os impulsionou a completar a escolaridade que haviam abandonado quando crianças (Book Aid International, 2016).



*Um facilitador de bibliotecas prisionais do Reino Unido*

© Andrew Aitchison/PrisonImage.org

Prisões na Croácia organizam oficinas de escrita literária e criativa, que ajudam as pessoas presas a publicar boletins informativos e revistas sobre a prisão (Šimunić et al., 2016). Algo semelhante ocorre na Bulgária, onde as bibliotecas prisionais

abrigam a agência editorial dos seis jornais sobre presídios búlgaros. De acordo com uma prisão, sua equipe editorial é composta por cinco pessoas presas e dez colaboradores regulares, repórteres e/ou correspondentes, que se reúnem regularmente

na biblioteca para a publicação mensal do jornal (Tsvetkova; Adrekova, 2016). Além dos boletins, há também a oportunidade de publicar as obras literárias das pessoas presas, como poesia ou contos. É possível homenagear e premiar exemplos notáveis.

Na Argélia, as atividades da biblioteca prisional variam de uma prisão para outra. Devido à disponibilidade de outros serviços e programas em presídios, as bibliotecas tiveram de encontrar formas de atrair usuários. A solução foi oferecer incentivos por meio de concursos e eventos utilizando as informações encontradas em livros que estão disponíveis na biblioteca prisional; resumo de livros, que ajuda a promover a escrita criativa e a compreensão de textos; debates e conversas; celebrações em datas locais e internacionais, assim como o Dia do Conhecimento, em 16 de abril; oficinas de poesia, artes, literatura, desenho e religião; palestras de autores, professores e acadêmicos; cartazes informativos por toda a prisão que convidam as pessoas presas a visitar a biblioteca e a participar de seus eventos e atividades; além disso, a rádio da prisão também era usada para promover a biblioteca (Mehdi, 2017).

Bibliotecas prisionais búlgaras promovem o projeto *Big Reading* (grande leitura), durante o qual 14 prisioneiros se reúnem na biblioteca regularmente. Cada um apresenta uma obra literária búlgara, e eles então discutem, analisam, debatem, recontam e recitam em grupo. O projeto é organizado como uma competição entre diferentes prisões do país, e o vencedor é premiado com livros. Além de estimular o prazer pela literatura e a leitura, o projeto inclui elementos de trabalho em grupo, fortalecimento dos laços dentro de uma equipe e comunicação (Tsvetkova; Adrekova, 2016).

## **O projeto Big Reading, da Bulgária, estimula o prazer pela leitura ao combinar elementos de trabalho em grupo, fortalecimento dos laços dentro de uma equipe e comunicação.**

As bibliotecas prisionais búlgaras oferecem uma riqueza de outras atividades para promover uma cultura de leitura e escrita e estimular o uso do acervo da biblioteca. Isso é particularmente notável uma vez que seus acervos são bem desatualizados. Como exemplos, há círculos de literatura ou poesia, clubes de debate sobre livros, oficinas de escrita criativa, clubes de leitura ativa; leitura pública de ensaios, poesia, textos em prosa ou contos, escritos pelas pessoas presas; competições de entretenimento, como *quiz shows*, na biblioteca, onde é preciso consultar o acervo para saber as respostas; oficinas ou conferências dedicadas a renomados escritores, poetas, cientistas etc., búlgaros e estrangeiros; palestras, conversas e cursos especiais; competições pela leitura mais expressiva da poesia nacional, com os melhores recitantes convidados a apresentar suas habilidades no palco; celebração de vários feriados nacionais e internacionais, como o Dia Mundial do Livro, além de aniversários de heróis nacionais e poetas clássicos; feiras de livros; teatro amador e maratonas de leitura.

No Quênia, onde a maioria das bibliotecas prisionais também é descrita como mais do que meros acervos de livros, os espaços acomodam programas de habilidades para a vida, como cursos de alfabetização de adultos e formação profissional (African Prisons Project, 2018).

## **Leitura e escrita como ferramentas de transformação**

Cometer um crime, ser preso e cumprir pena na prisão são eventos que mudam a vida; para que ocorra a superação, é importante

encontrar maneiras de lidar com essas e outras experiências traumáticas. Pode-se oferecer tratamento na forma de biblioterapia, definida

pelo “Dictionary for Library and Information Science” como o uso de livros para facilitar a recuperação de “doença mental ou perturbação emocional” (Reitz, 2019).

A escrita criativa tem potencial terapêutico e também pode ser usada para reabilitar pessoas presas. Por exemplo, o Clube do Livro e Oficina de Escrita *Free Minds* (mentes livres), fundado em 2002, em Washington, DC, que oferece debates bimestrais sobre livros, exercícios de escrita criativa e oficinas de poesia para jovens maiores de idade condenados. Quando entram no programa, apenas 5% dos jovens dizem que liam ou gostavam de ler, e apenas 10% já tinham já escrito um poema antes. Depois de participar, 75% se identificaram como leitores ativos e 90%, como escritores. Em 2015, a taxa de reincidência dos participantes foi de

10%, em comparação com a taxa nacional de jovens condenados, que foi entre 70% e 90% (Hanemann; Krolak, 2017).

O aumento do autoconhecimento e da autocompreensão pode ajudar as pessoas presas a questionar e até mesmo mudar valores, crenças e comportamentos. Iniciativas de leitura e escrita podem beneficiar indivíduos de qualquer idade, aumentando sua autoestima, sua autoconsciência e sua capacidade de discutir pensamentos e sentimentos, tolerar diferentes pontos de vista e ver soluções alternativas. Isso, por sua vez, melhora as habilidades de enfrentamento e resolução de problemas e, portanto, representa uma poderosa ferramenta transformadora para o desenvolvimento pessoal no ambiente prisional.

Organizações não governamentais do Reino Unido, por sua vez, não apenas abastecem bibliotecas prisionais com doações de livros, mas apoiam atividades de letramento. Por exemplo, a *Reading Agency* trabalha com 7 mil pessoas presas em mais de 100 prisões. Em 2013, iniciou um projeto chamado *One Quick Read One Prison* [Uma leitura rápida, uma prisão] em sete presídios. Doou 2.550 exemplares dos seis títulos da série *Quick Reads 2013* para as sete prisões participantes, para que pessoas presas e funcionários pudessem ler, criticar e falar sobre os mesmos textos (Reading Agency, 2019).

Outra agência britânica, a *Prison Reading Groups*, promove a disseminação de grupos de leitura nas prisões e fornece apoio e financiamento para aqueles que os administram. O projeto começou em 1999, e hoje trabalha com mais de 40 grupos em mais de 35 prisões em todo o país. Os grupos são informais e incentivam a leitura por prazer. Os membros escolhem o que leem, e os livros são

deles para guardar ou passar para outros. A agência também organiza visitas de autores e dramaturgos, além de apoiar os dias em família fornecendo livros e promover atividades adequadas para as crianças que visitam seus pais na prisão (Prison Reading Groups, 2019).

Proporcionar às pessoas presas diferentes atividades de letramento como as descritas acima é particularmente impressionante quando feitas contra todas as probabilidades, com pouco ou nenhum recurso financeiro e utilizando basicamente textos antigos e desatualizados. Uma equipe dedicada da biblioteca prisional consegue desenvolver e adaptar serviços e programas de acordo com os interesses e as necessidades desse grupo especial de usuários. De qualquer forma, é importante compartilhar experiências interessantes e inovadoras ao as documentar e publicar e/ou apresentá-las em conferências e simpósios nacionais ou internacionais.

## Storybook Dads: a contação de histórias para fortalecer os laços familiares

A instituição de caridade britânica Storybook Dads (papais contadores de histórias) celebrou seu 15º aniversário em 2018 e agora atua em 107 prisões em todo o país, que gera entre 5 e 6 mil histórias por ano e beneficia cerca de 17 mil pessoas – um grande marco para um projeto iniciado por uma voluntária que trabalha em uma prisão masculina no sudoeste da Inglaterra. Sharon Berry, então professora na HMP Channings Wood (uma prisão para homens em Devon), viu o efeito prejudicial que o encarceramento produzia nas famílias. Para ajudar os homens da prisão a manter contato com seus filhos, ela criou a *Storybook Dads*, uma associação que apoia os participantes

que se gravam em audiovisual lendo um livro para que seus filhos possam então ouvir ou assistir em casa. “Quando comecei a dar aulas como voluntária na HMP Channings Wood, percebi quão difícil era para os pais presos manter contato com seus filhos [...] e os efeitos negativos que isso tinha. Eu só queria fazer algo para ajudar”, explica Berry. “Então, junto com um escritor residente, desenvolvi o conceito de Storybook Dads. Afinal, que melhor maneira de estimular uma pessoa presa durão que não lê, não tem habilidades como pai e perdeu contato com seus filhos do que fazê-lo ler *Cinderela*?” (Storybook Dads, 2018).



© Storybook Dads

Hoje, a Storybook Dads também atua em prisões femininas e instalações de jovens infratores. Além de gravar histórias para seus filhos, os participantes do programa em Channings Wood têm a oportunidade de receber treinamento em edição audiovisual – habilidades que podem ser usadas para encontrar emprego após sua libertação. O projeto também realiza oficinas em que as pessoas presas podem criar calendários, livros pop-up e outros presentes educativos para seus filhos.

Os resultados são impressionantes: 98% dos participantes disseram que ao se envolver no projeto, melhorou sua autoconfiança; 97% afirmaram que o projeto melhorou seu relacionamento com os filhos; 82% atestaram se sentir menos propensos a praticar novos crimes depois da participação no projeto; e,

desde 2002, 830 presos foram treinados em edição audiovisual (Storybook Dads, 2018). Além disso, de acordo com a instituição de caridade escocesa Families Outside, que apoia as famílias de pessoas na prisão, pessoas presas que mantêm laços familiares apresentam até seis vezes menos chances de voltar a cometer crimes (Families Outside, 2018).

Uma ex-pessoa presa e beneficiário da Storybook Dads comenta: “É difícil explicar os sentimentos que temos na prisão. Nunca conseguimos abraçar ninguém, sequer podemos apertar as mãos. Sentimos falta de ver o amor dos filhos em seus olhos. Começamos a nos sentir muito frios todos os dias”. Ele diz que ler histórias para os filhos trouxe um pouco desse calor de volta para sua vida. “É extremamente importante para alguém que quer ser reabilitado” (Shaw, 2019).

# 6

## Conclusão e orientações para as políticas

Fui sentenciado à prisão perpétua, sem esperança de liberdade condicional. Sentei no meu beliche naquele dia, na minha cela solitária, e chorei, porque minha vida tinha acabado. [...] Então comecei a ler. [...] Lia pelo menos um livro por semana. Não importavam as circunstâncias, encontrava o tempo. [...] Tínhamos acesso total à biblioteca da prisão. Eu vivia naquela biblioteca. Eu vivia *por* aquela biblioteca. Ela me levava para todo lado: para o espaço sideral, para a história da humanidade e bem profundamente para dentro de mim. Devo ter passado mais de 10 mil horas na biblioteca Patuxent [em Jessup, Maryland]. [...] Não é que eu simplesmente vivia *por* aquela biblioteca. Eu vivia *por* causa daquela biblioteca. A biblioteca da prisão de Patuxent me salvou de um desespero esmagador.

Ex-pessoa presa Chris Wilson (2018; itálicos no original)

As experiências das bibliotecas prisionais em todo o mundo, como discutido nesta publicação, revelam sua importância e seu potencial no acesso à educação, à informação, à recreação, ao desenvolvimento espiritual e à melhoria dos níveis de letramento das pessoas presas. Também mostram que o uso de uma biblioteca prisional pode ser uma experiência muito transformadora e poderosa, com efeitos de longo alcance e duradouros.

Embora diversas em conceito e projeto, as bibliotecas prisionais promovem uma cultura de aprendizagem ao longo da vida entre as populações carcerárias. Criar uma infraestrutura que reconheça e garanta o direito das pessoas presas de acessar textos e participar de oportunidades educacionais equivale a uma adesão ao princípio da normalidade. Alternativamente, não proporcionar isso, significa discriminação e desvantagens para aqueles que já são marginalizados. Portanto, para que prisões cumpram seus deveres para com a sociedade, de reabilitar e reintegrar pessoas presas, não podem dificultar o direito à informação e educação.

Aprender e gostar de ler pode ser uma oportunidade de viabilizar a mudança esperada daqueles que esperamos reintegrar. Entende-se que a sociedade como um todo se beneficia quando mais pessoas são capazes de ler e cumprir seus deveres cívicos,

que incluem tomar melhores decisões e respeitar a lei. Além disso, reduzir as taxas de reincidência e aumentar o número de pessoas presas reabilitadas, alfabetizadas e educadas economiza dinheiro público em longo prazo, pois há custos mais elevados associados à criminalidade, ao encarceramento e ao reencarceramento.

***Para que as prisões cumpram seus deveres para com a sociedade, de reabilitar e reintegrar pessoas presas, não podem dificultar o direito à informação e à educação.***

Esta publicação demonstra que as bibliotecas prisionais têm muitas vantagens. As mais óbvias são os benefícios educacionais, como o acesso a materiais e textos educativos, incluindo os jurídicos, apoio à educação formal, obtenção de qualificações educacionais, melhoria dos níveis de letramento e criação de uma cultura de leitura.

Entretanto, há também o benefício da leitura por prazer como um meio calmo e construtivo de passar o tempo livre, que reduz o tédio, oferece consolo e cria uma sensação de normalidade em um ambiente

fechado, além de ser uma forma de distração e fuga das preocupações diárias.

As bibliotecas prisionais também apoiam a coesão social e atuam como locais de encontro com atmosfera calma, descontraída e segura, além de serem espaços para oferecimento de debates, eventos e entretenimento cultural.

Em seguida, há o potencial transformador da leitura e da participação em atividades de letramento, que podem permitir que pessoas presas reflitam sobre suas vidas, eliminem a ansiedade, o estresse e a depressão, potencializem o engajamento e a autorresponsabilidade, aumentem a empatia, as habilidades de comunicação e a autoestima, e ampliem suas perspectivas.

Usar os serviços da biblioteca é uma das poucas ocasiões em que pessoas presas têm autonomia e responsabilidade para fazer suas próprias escolhas, selecionar o que ler e se informar. A biblioteca prisional apoia as pessoas presas a refletir sobre sua situação atual e a planejar suas vidas depois de libertadas. Também é um dos poucos lugares onde eles podem se sentir relaxados e estar confiantes de que seus pedidos serão atendidos.

As bibliotecas prisionais propiciam uma janela para o mundo. Ao trabalhar em estreita colaboração com organizações fora do ambiente prisional, elas fornecem uma ponte para a cultura, eventos e serviços além dos muros da prisão. Levando em conta questões de segurança, as pessoas presas merecem libertadas mesmos serviços de biblioteca disponíveis aos cidadãos que vivem em liberdade.

A responsabilidade pela reabilitação de indivíduos atrás das grades e sua reintegração à sociedade está em ambos os lados do muro. Governos e outras partes interessadas fora da prisão têm o poder de garantir a criação e a aplicação de políticas que propiciem a transformação holística de ex-infratores legais. Enquanto isso, as administrações prisionais devem aceitar o mandato de garantir que os presídios sejam espaços propícios à redução das taxas de reincidência, em vez de incubadores de mais criminalidade. Devem também reconhecer o potencial da biblioteca e garantir que ela seja

acessível, atraente, devidamente abastecida e administrada por bibliotecários profissionais.

A necessidade de bibliotecas prisionais adequadas deve se refletir em regulamentos, mas ao mesmo tempo, são necessárias diretrizes atualizadas para dar orientação prática sobre como implementar os serviços corretos. É fundamental adaptar políticas e diretrizes nacionais, regionais e internacionais aos contextos locais.

Infelizmente, muitas bibliotecas prisionais ainda enfrentam desafios significativos. “Como regra geral, faltam recursos às bibliotecas prisionais, e as políticas e decisões nacionais relevantes são em sua maioria feitas por administradores prisionais que não possuem uma compreensão fundamental da função da biblioteca no ambiente carcerário. Além disso, bibliotecas prisionais são muitas vezes administradas por agentes penitenciários que não têm formação profissional em ciência da informação e são alocados em espaços inadequados e inacessíveis” (Šimunić et al., 2016, p. 77). Ademais, muitas vezes, as bibliotecas têm de contar com materiais doados e muitas vezes desatualizados, que não refletem os interesses ou as necessidades da população prisional.

Esta publicação mostra como as bibliotecas prisionais e seus serviços em todo o mundo podem ser variados. Comum entre elas são o apoio ao direito à educação e o oferecimento de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para as pessoas encarceradas. As bibliotecas prisionais precisam ser mais desenvolvidas com base em documentos e legislações atualizadas, em pesquisas de impacto relevantes e na documentação e compartilhamento de práticas eficazes e experiências inspiradoras, visando a facilitar o aprendizado entre pares.



Experiências nacionais e casos apresentados ao longo desta publicação têm mostrado o potencial transformador de bibliotecas prisionais adequadas ao oferecer acesso a materiais de leitura relevantes. A revisão realizada nesta publicação, que abrange uma ampla gama de experiências em todo o mundo, sugere algumas orientações políticas que emergem de boas práticas:

**As bibliotecas prisionais devem refletir o sistema de bibliotecas que funciona fora dos muros da prisão.**

As bibliotecas prisionais não devem operar de forma isolada, mas trabalhar em estreita colaboração com o sistema de bibliotecas locais (públicas). Além de garantir uma gestão profissional e moderna, isso permite que as pessoas presas experimentem um serviço público que, espera-se, continuarão a usar assim que forem soltas. Bibliotecários de ambos os lados do muro da prisão devem trabalhar juntas e buscar as melhores formas de oferecer acesso a bons serviços de biblioteca.

**As bibliotecas prisionais devem ser partes integrantes de legislações e redes relevantes.**

O funcionamento e as condições das bibliotecas prisionais devem ter como base as leis e as diretrizes práticas relevantes e atualizadas de forma contínua. Intercâmbios e cooperação regulares devem ser institucionalizados entre representantes de bibliotecas prisionais, bibliotecas públicas, atores da educação continuada e do sistema judiciário para revisar e desenvolver esses documentos. Ser parte integrante do sistema de bibliotecas públicas fortalece a posição das bibliotecas prisionais. Deve ser incentivada a criação de redes e associações de bibliotecas prisionais nacionais e regionais.

**As bibliotecas prisionais devem ser administradas por funcionários formados com acesso a recursos suficientes.**

Deve ser assegurada formação inicial e continuada para todos os funcionários da biblioteca prisional para viabilizar a prestação de serviços profissionais. A formação deve ter como base as necessidades de bibliotecas prisionais modernas, incluindo a compreensão dos desafios de letramento e o uso de TIC no ambiente prisional. É necessário verba suficiente para custear recursos humanos, materiais, inventário, tecnologia de informação e eventos.

**As bibliotecas prisionais devem contribuir para um ambiente letrado que incentive as pessoas presas a desenvolver, aprimorar e manter habilidades de letramento.**

As bibliotecas prisionais devem oferecer acesso a materiais de leitura e informações relevantes em um ambiente seguro e amigável. Isso inclui acesso a mídias eletrônicas e à internet, levando-se em conta normas de segurança. As bibliotecas também precisam ser inclusivas, fornecendo materiais para pessoas presas com diferentes níveis e habilidades de letramento, e nos idiomas que estão representados no ambiente prisional. O acervo deve ser atrativo, atualizado e refletir as necessidades de uma população carcerária diversificada. Idealmente, as pessoas presas devem ser autorizadas a entrar no espaço da biblioteca para selecionar seus próprios materiais de leitura.

**As bibliotecas prisionais devem usar seus materiais e servir como um espaço para oferecer atividades interativas de letramento.**

Para reforçar o potencial transformador da leitura e da escrita e incentivar a utilização de seus serviços, as bibliotecas prisionais devem organizar diversas atividades de divulgação de informação e de letramento, assim como rodas de leitura, oficinas de escrita criativa e eventos culturais. Isso pode ser feito em cooperação com outros departamentos prisionais, com voluntários ou organizações externas.

# 7

## Referências bibliográficas

African Prisons Project. *African Prisons Project: our work*. [online] Londres, 2018. Disponível em: <<https://africanprisons.org/our-work/>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ALIA. *Australian Library and Information Association Minimum Standard Guidelines for Library Services to Prisoners*. Deakin: ACT, Australian Library and Information Association, 2015. Disponível em: <<https://read.alia.org.au/alia-minimum-standard-guidelines-library-services-prisoners>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

Andrew. A day in the life of a prison librarian. Public Libraries Online, 20 out. 2017. Disponível em: <<http://publiclibrariesonline.org/2017/10/a-day-in-the-life-of-a-prison-librarian/>>. Acesso em: 1 abr. 2019.

Bleyl, H. Hier schlummert etwas. *Die Tageszeitung*, p. 23, 1 fev. 2016.

Bolt, N.; Ra, E. A visit to Bastøy Prison Library in Norway. *International Leads*; Chicago, v. 33, n. 2, p. 11. Disponível em: <[http:// https://search.proquest.com/docview/2075501784?pq-origsite=gscholar](http://https://search.proquest.com/docview/2075501784?pq-origsite=gscholar)>. Acesso em: 1 abr. 2019.

Book Aid International. *Book clubs changing lives in Luzira Upper Prison*. Post em blog, 16 jun. 2016. Londres, 2016. Disponível em: <<https://bookaid.org/blog/2016/06/16/book-clubs-changing-lives-luzira-upper-prison/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Bowden, T. The Tyger Women of Langata Women's Maximum-Security Prison, Kenya. *Lucy Writers Platform*, 9 dez. 2018. Disponível em: <<http://lucywritersplatform.com/2018/12/09/the-tyger-women-of-langata-womens-maximum-security-prison-kenya/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

Brasil. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. *Diário Oficial da União*. Brasília, 30 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm)>.

Council of Europe. *Education in Prison. Recommendation No. R (89) 12 adopted by the Committee of Ministers of the Council of Europe on 13 October 1989 and explanatory memorandum*. Strasbourg, 1990. Disponível em: <[http://www.epea.org/wp/wp-content/uploads/Education\\_In\\_Prison\\_02.pdf](http://www.epea.org/wp/wp-content/uploads/Education_In_Prison_02.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2019.

Council of Europe. *European prison rules*. Strasbourg, 2006. Disponível em: <<https://rm.coe.int/european-prison-rules-978-92-871-5982-3/16806ab9ae>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

Cramard, O. The long development of prison libraries in France. *Library Trends*, v. 59, n. 3, p. 544-562, 2011. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/a9d0/1067cbd60d8ba6b1e4773846ca888019bfcf.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

- Czerwinski, T.; König, E.; Zaichenko, T. (Eds.). *Youth and adult education in prisons: experiences from Central Asia, South America, North Africa and Europe*. Bonn: DVV International, 2014. (International Perspectives in Adult Education series, 69). Disponível em: <[http:// https://www.dvv-international.de/fileadmin/files/iipe\\_69\\_eng\\_web.pdf](http://https://www.dvv-international.de/fileadmin/files/iipe_69_eng_web.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- Davis, L. M.; Bozick, R.; Steele, J.L.; Saunders, J.; Miles, J. N. V. *Evaluating the effectiveness of correctional education: a meta-analysis of programs that provide education to incarcerated adults*. Santa Monica, CA: Rand Corporation, 2013. Disponível em: <[https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_reports/RR200/RR266/RAND\\_RR266.sum.pdf](https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR200/RR266/RAND_RR266.sum.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- Department of Corrections. *Education and training*. Wellington, 2017. Disponível em: <[https://www.corrections.govt.nz/working\\_with\\_offenders/prison\\_sentences/employment\\_and\\_support\\_programmes/education\\_and\\_training.html](https://www.corrections.govt.nz/working_with_offenders/prison_sentences/employment_and_support_programmes/education_and_training.html)>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- Eze, J. Problems and prospects of providing library and information services to the prisoners in Nigeria. *Library Review*, v. 64, n. 4/5, p. 285-304, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/LR-06-2014-0064>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- Families Outside. *Families outside: voicing the needs of families affected by imprisonment*. Edimburgo, 2018. Disponível em: <<https://www.familiesoutside.org.uk/27000-voices/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- Förderverein Gefangenenbüchereien e.V. (Ed.). *Bücher öffnen Welten: Die Gefangenenbücherei Münster als Deutschlands "Bibliothek des Jahres 2007" – Wurzeln, Werdegang und Wirkung*. Münster: Ardey, 2017.
- Garner, J. Australian prison libraries: a study of existing knowledge and recent findings. *Journal of the Australian Library and Information Association*, v. 66, n. 4, p. 331-343, 2017. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24750158.2017.1393891>>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- Giacchino De Ribet, M. I.; Sai, L. Space for becoming: Prison education in Argentina. *Lifelong Learning in Europe*, v. 6, n. 4, p. 239-242, 2011. Disponível em: <[https://www.elmmagazine.eu/wp-content/uploads/2017/03/4\\_2011.pdf](https://www.elmmagazine.eu/wp-content/uploads/2017/03/4_2011.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- Hanemann, U.; Krolak, L. (Eds.). *Fostering a culture of reading and writing: examples of dynamic literate environments*. Hamburgo: UIL, 2017. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000257933>>. Acesso em: 19 jun. 2019.
- Helliker, K. Bibliotherapy: reading your way to mental health. *The Wall Street Journal*, 31 jul 2007. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB118583572352482728>>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- Helmet. *Multilingual library*. Helsinki: Helsinki Metropolitan Area Libraries 2019. Disponível em: <[https://www.helmet.fi/en-US/Libraries\\_and\\_services/Multilingual\\_Library](https://www.helmet.fi/en-US/Libraries_and_services/Multilingual_Library)>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- IFLA. *Global vision: report summary*. Haia, 2018. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/GVMultimedia/publications/gv-report-summary.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

- IFLA; UNESCO. *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas*. Haia: IFLA; Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- Knight, D. V. Despite public outrage, web access for prisoners isn't a luxury item – here's why. *The Conversation*, 14 dez. 2017. Disponível em: <<http://theconversation.com/despite-public-outrage-web-access-for-prisoners-is-a-luxury-item-heres-why-88803>>. Acesso em: 24 maio 2019.
- Lama, P. What Tihar jail inmates read: Gandhi, Vivekananda, Vedas. *Hindustan Times*, 7 ago. 2017. [online] Disponível em: <<https://www.hindustantimes.com/delhi-news/what-tihar-jail-inmates-read-gandhi-vivekananda-vedas/story-YlQ4ozDIVsZjjcjhKyWKOI.html>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- LeDonne, M.. Survey of library and information problems in correctional facilities: A retrospective review. *Library Trends*, v. 26 n. 1, p. 53–69, 1977. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/4816280.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- Lehmann, V. Prison librarians needed: a challenging career for those with the right professional and human skills. *IFLA Journal*, v. 26, n. 2, p. 123-128, 2000. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/034003520002600208>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- Lehmann, V. Challenges and accomplishments in U.S. prison libraries. *Library Trends*, v. 59, n. 3, p. 490-508, 2011a. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/18747/59.3.lehmann.pdf?sequence=3&jsAllowed=y>>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- Lehmann, V. Introduction. *Library Trends*, v. 59, n. 3, p. 383-385, 2011b. Disponível em: <<https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/18740/59.3.lehmann01.pdf?sequence=3&jsAllowed=y>>. Acesso em: 19 jun. 2018.
- Lehmann, V.; Locke, J. *Orientações para serviços de biblioteca para reclusos*. 3. ed.. Haia: IFLA, 2005. (IFLA Professional Reports, 92. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- Malcolm X Imprisoned*. Northampton, MA, Mass Humanites, s.d. Disponível em: <<https://www.massmoments.org/moment-details/malcolm-x-imprisoned.html>>. Acesso em: 8 nov. 2018.
- Mehdi, S. *The reality of prison libraries in Algeria and their agreement with IFLA guidelines: empirical study of four libraries in educational reform organisations* [publicado em árabe]. Saarbrücken: Noor Publishing, 2017.
- Mfum, C. Prospects and challenges of prison libraries in Ghana: a case study of the Nsawam medium security prisons. *Library Philosophy and Practice*, n. 851, 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/280048880\\_PROSPECTS\\_AND\\_CHALLENGES\\_OF\\_PRISON\\_LIBRARIES\\_IN\\_GHANA\\_A\\_CASE\\_STUDY\\_OF\\_THE\\_NSAWAM\\_MEDIUM\\_SECURITY\\_PRISONS](https://www.researchgate.net/publication/280048880_PROSPECTS_AND_CHALLENGES_OF_PRISON_LIBRARIES_IN_GHANA_A_CASE_STUDY_OF_THE_NSAWAM_MEDIUM_SECURITY_PRISONS)>. Acesso em: 14 jun. 2019.

- Muñoz, V. *Promotion and protection of human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. The right to education of persons in detention: report of the Special Rapporteur on the right to education*. New York: United Nations General Assembly, Human Rights Council, Eleventh session, Agenda item 3, A/HRC/11/8. New York, United Nations, 2009. Disponível em: <[https://cdn.penalreform.org/wp-content/uploads/2013/06/UNHRC\\_Ed2009\\_en\\_0.pdf](https://cdn.penalreform.org/wp-content/uploads/2013/06/UNHRC_Ed2009_en_0.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Assembleia Geral das Nações Unidas. A/RES/217 (III). New York, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- Peschers, G. (Ed.). *Bücher öffnen Welten: Medienangebote für Menschen in Haft in Deutschland und international*. Bibliotheks- und Informationspraxis. Berlin: de Gruyter, 2013.
- Prison Insider. *Guinea*. Lyon, 2015. Disponível em: <<https://www.prison-insider.com/en/countryprofile/guinee-2015?s=le-quotidien>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- Prison Libraries Group. *Prison libraries training pack*. London: Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), 2014. Disponível em: <[https://archive.cilip.org.uk/sites/default/files/Prison\\_Libraries\\_Training\\_Pack\\_May\\_2014.pdf](https://archive.cilip.org.uk/sites/default/files/Prison_Libraries_Training_Pack_May_2014.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- Prison Reading Groups. *Promoting reading and reading groups in prisons*. London, 2019. Disponível em: <<http://prisonreadinggroups.org.uk/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- Prison Reform Trust. *Prison: The facts*. Bromley Briefings Summer 2018. London, 2018. Disponível em: <<http://www.prisonreformtrust.org.uk/Portals/0/Documents/Bromley%20Briefings/Summer%202018%20factfile.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- Prison Studies Project. *Why Prison Education?* Cambridge, MA: Charles Warren Center for Studies in American History, 2018. Disponível em: <<http://prisonstudiesproject.org/why-prison-education-programs/>>. Acesso em: 26 fev. 2018.
- PTI. Tihar jail launches e-library for women inmates. *Times of India*, 21 out. 2014. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/city/delhi/Tihar-jail-launches-e-library-for-women-inmates/articleshow/44900840.cms>>. Acesso em: 30 maio 2019.
- Rampey, B. D.; Keiper, S.; Mohadjer, L.; Krenzke, T.; Li, J.; Thornton, N.; Hogan, J. *Highlights from the U.S. PIAAC Survey of Incarcerated Adults: their skills, work experience, education, and training; Program for the International Assessment of Adult Competencies*, 2014. (NCES 2016-040). Washington, DC: U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics, 2016. Disponível em: <<https://nces.ed.gov/pubs2016/2016040.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- Reading Agency. *Promoting reading in prisons to combat re-offending*. London, 2019. Disponível em: <<https://readingagency.org.uk/adults/news/promoting-reading-in-prisons-to-combat-re-offending.html>>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- Reitz, J. M. Bibliotherapy. In: Reitz, J. M. *Online Dictionary for library and information science*. Westport: Libraries Unlimited, 2019. Disponível em: <[https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis\\_A.aspx](https://www.abc-clio.com/ODLIS/odlis_A.aspx)>. Acesso em: 19 jun. 2019.

- Rivera Donoso, M. Á. *Redesign of libraries in Chilean prisons*. Trabalho apresentado no Congresso Mundial da IFLA sobre Bibliotecas e Informação, 2018, realizado em Kuala Lumpur, 24-30 ago. 2018. Disponível em: <<http://library.ifla.org/2137/1/095-rivera-en.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2019.
- Sambo, A.; Usman, S.; Rabiou, N. Prisoners and their information needs: prison libraries overview. *Library Philosophy and Practice*, n. 1647, 2017. Disponível em: <<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4135&context=libphilprac>>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- Shaw, D. Crossing Divides: reading bedtime stories helped me survive prison. BBC Stories. London, British Broadcasting Corporation (BBC), 23 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/stories-47559626>>. Acesso em: 24 maio 2019.
- Shyam, P. V. Library of a different kind. *Times of India*, 15 set. 2011. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/city/kochi/Library-of-a-different-kind/articleshow/9987471.cms>>. Acesso em: 12 nov. 2018.
- Šimunić, Z.; Faletar Tanacković, S.; Badurina, B. Library services for incarcerated persons: a survey of recent trends and challenges in prison libraries in Croatia. *Journal of Librarianship and Information Science*, v. 48, n. 1, p. 72-89, 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961000614538481>>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- Storybook Dads. *Sharon's Story*. Newton Abbot, 2018. Disponível em: <<https://www.storybookdads.org.uk/sharons-story>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- Sutter, T. *Lesen und Gefangen-Sein: Gefängnisbibliotheken in der Schweiz*. Wiesbaden: Springer, 2015.
- Torres da Silva, E. *A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia do direito à educação aos privados de liberdade no Brasil*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330933>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- Tsvetkova, M.; Andrekova, S.. The right to read behind bars: access to books and libraries in the prisons in Bulgaria. *Russian Journal of Sociology*, v. 4, n. 2, p. 62-73, 2016. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=2900679>>. Acesso em: 6 jun. 2019.
- UNODC. *Addressing the global prison crisis: strategy 2015–2017*. Viena, 2018. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Global\\_Prison\\_Crisis\\_ebook\\_rev.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Global_Prison_Crisis_ebook_rev.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- UNODC. *Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)*. Viena, 2015. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/UNODC\\_Regras\\_de\\_Mandela\\_PT.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/UNODC_Regras_de_Mandela_PT.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- UNODC. *Roadmap for the development of prison-based rehabilitation programmes*. Viena, 2017. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/17-05452\\_ebook.pdf](https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/17-05452_ebook.pdf)>. Acesso em: 7 jun, 2019.

Walmsley, R. *Women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners*, lista mundial de prisões femininas. 4. ed. World Prison Brief series. London: Institute for Criminal Policy Research, 2017. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/news/world-female-imprisonment-list-fourth-edition>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

Walmsley, R. *World prison population list*. 12. ed. London: Institute for Criminal Policy Research, 2018. (World Prison Brief series). Disponível em: <[http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppL\\_12.pdf](http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppL_12.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2019.

Wilson, C. The books that saved my life in prison. *Medium Library Stories*, 5 nov. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/s/library-stories/the-books-that-saved-my-life-in-prison-d0c5b8f86f34>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

World Prison Brief. *World prison brief: Norway*. London: Institute for Criminal Policy Research, 2019a. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/country/norway>>. Acesso em: 27 maio 2019.

World Prison Brief. *World prison brief: India*. London: Institute for Criminal Policy Research, 2019b. Disponível em: <<http://prisonstudies.org/country/india>>. Acesso em: 10 maio 2019.

O direito humano à educação é particularmente importante no ambiente prisional, pois as pessoas presas muitas vezes vêm de origens socioeconômicas e educacionais mais vulneráveis.

Esta publicação analisa até que ponto as autoridades prisionais cumprem sua função social de reabilitar e reintegrar as pessoas presas, permitindo-lhes usar bibliotecas para satisfazer seu direito à educação, acessar informações relevantes ou simplesmente se divertir com um bom livro.

Ler e usar uma biblioteca pode abrir um mundo além das grades da cadeia, permitindo que pessoas presas esqueçam por um tempo a dura realidade da vida na prisão e capacitando-as a escolher seus próprios materiais de leitura em um lugar extremamente restritivo e controlado. Oferecer livros e informações relevantes, incluindo materiais de leitura fácil e em várias línguas, é fundamental para o desenvolvimento pessoal das pessoas presas.

Esta publicação analisa de perto exemplos de sistemas de bibliotecas prisionais em todo o mundo e delinea as melhores práticas e possíveis desafios, demonstrando assim seu potencial transformador como espaços informativos, educacionais, culturais e recreativos, de encontros e aprendizagem.



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

